

DIREITO CIVIL – LINDB
PROF. FLÁVIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Lei de introdução às normas do direito brasileiro;
- Generalidade;
- Conteúdo;
- Conceito e classificação;
- Lei de efeito concreto;
- Código, consolidação, compilação e estatuto;
- Vigência das normas;
- Sistema de vigência;
- VACATIO LEGIS;
- Cláusula de vigência;
- Forma de contagem;
- Lei corretiva;
- Local de publicação das leis;
- Princípio da obrigatoriedade das leis;
- Princípio JURA NOVIT CÚRIA;
- Princípio da continuidade das leis;
- Repristinação;
- Fontes do Direito;
- Conceito;
- Fontes materiais ou reais;
- Fontes formais;
- Eficácia da Norma;
- Hipóteses;
- Revogação;
- Competência para Revogar as Leis;
- Princípio da Segurança e da Estabilidade Social;
- Ineficácia;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Interpretação da Lei;
- Conceito e Objeto;
- Função da Interpretação;
- Interpretação quanto ao sujeito;
- Interpretação quanto ao método;
- Interpretação quanto ao resultado;
- Interpretação progressiva;
- Antinomias;
- Conceito;
- Espécies;
- Critérios de solução das antinomias aparentes no Direito Interno;

- Antinomia de 1º e 2º graus;
- Critérios de solução das antinomias aparentes de Direito Internacional;
- Critérios de solução das antinomias de Direito Interno – Internacional;
- Normas de Direito Internacional Privado;
- Introdução;
- Conceito;
- Qualificação do elemento de conexão;
- Princípios Básicos;
- Eficácia da sentença estrangeira no Brasil;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL – PARTE GERAL
PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Introdução à Parte Geral;
- A Estrutura do Código;
- Princípios;
- Das Pessoas;
- Das Pessoas Naturais;
- Os Sujeitos de Direito – Conceito - Espécies;
- Pessoa - Conceito – Espécies;
- Personalidade Jurídica;
- Conceito;
- Início da personalidade;
- Conteúdo da personalidade;
- Fim da personalidade;
- Comoriência;
- Quase Pessoa Jurídica;
- Nascituro;
- Capacidade;
- O estatuto do deficiente;
- Conceito e espécie;
- Incapacidade absoluta e incapacidade relativa
- Distinção entre Representação e Assistência;
- Distinção entre Representação e Substituição Processual;
- Distinção entre Incapacidade e Falta de Legitimação;
- Distinção entre Assistência e Autorização;
- Rol dos Absolutamente Incapazes;
- Menores de Dezesesseis Anos;
- Enfermo Mental e Deficiente Mental;
- Pessoas que não exprimem a vontade;
- Rol dos Relativamente Incapazes;
- Maiores de 16 anos e menores de 18 anos;
- Ébrios Habituais e Viciados em Tóxicos;
- Deficientes Mentais e Excepcionais;
- Pródigo;

- Índios;
- Aquisição da Capacidade Plena;
- Formas de Aquisição;
- A Maioridade Civil;
- Levantamento da Interdição;
- Integração do Índio.
- Emancipação;
- Emancipação Voluntária;
- Emancipação Judicial;
- Emancipação Legal;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Pessoas Jurídicas;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Classificação das Pessoas Jurídicas;
- Pessoas jurídicas de Direito Público;
- Generalidades;
- Responsabilidade Civil;
- Regime Jurídico das Pessoas Jurídicas de direito Público;
- Representação;
- Pessoa Jurídica de Direito Privado;
- Introdução;
- Breves Conceitos;
- Distinção entre associação, fundação, sociedade e empresa individual de responsabilidade limitada;
- Representação e Administração;
- Início da Personalidade Jurídica;
- Desconsideração da Personalidade Jurídica;
- Introdução;
- Conceito;
- Espécies;
- A desconsideração da personalidade jurídica no CDC;
- Distinção entre a Teoria Menor da Desconsideração da Pessoa Jurídica e a Responsabilidade Subsidiária dos Sócios;
- Responsabilidade das Sociedades;
- Associações;
- Conceito;
- Liberdade de Associação;
- Desrespeito à Liberdade de Associação;
- A Liberdade de Reunião;
- Distinção entre Reunião e Associação;
- Distinção entre Associação e Sociedade;
- Direito de representação Coletiva;
- Constituição da Associação;
- Direitos e Deveres dos Associados;
- Exclusão do Associado;

- Assembleia Geral;
- Dissolução da Associação;
- Destino do Patrimônio da Associação Extinta;
- Organizações Religiosas e Partidos Políticos;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Fundação;
- Conceito;
- Elementos;
- Forma de Instituição;
- Revogação do Ato Institucional;
- Aprovação do Estatuto;
- Fiscalização da Fundação;
- Elaboração do Estatuto pelo Ministério Público;
- Alteração do Estatuto;
- Extinção da Fundação;
- Distinção entre Fundação de Direito Público e Fundação de Direito Privado.
- Sociedades;
- Conceito;
- Espécies;
- Distinção entre Sociedades Empresárias e Sociedades Simples;
- Início da Personalidade Jurídica;
- Sociedade em Comum;
- Sociedade em Comum e Comunhão;
- Cláusula Leonina;
- Perdas Sociais;
- Sócio Remisso;
- Sociedade de Capital e Sociedade de Pessoa;
- Responsabilidade Subsidiária dos Sócios;
- Responsabilidade Direta dos Sócios.
- Regime jurídico;
- Empresário Individual de Responsabilidade Limitada;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Direito da Personalidade;
- Conceito;
- Classificação;
- Caracteres;
- Direito à Identidade Pessoal;
- Conceito;
- Conteúdo;
- Direito ao Nome;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Elementos Essenciais;

- Elementos Facultativos;
- Princípio da Imutabilidade;
- Causas Comuns de Mudança do Prenome e Patronímico;
- Causas Específicas de Mudança do Prenome;
- Causas Específicas de Mudança do Patronímico;
- Casamento;
- União Estável;
- Separação Judicial;
- Divórcio;
- Viuvez;
- Reconhecimento de Filho;
- Ação Negatória de Paternidade;
- Anulação do Casamento;
- Mau Procedimento da Viúva, Separada e Divorciada;
- Inclusão do Patronímico da Mãe, do Padrasto e Madrasta;
- Nome Vocatório;
- Pseudônimo;
- Títulos Qualificativos;
- Hipocorístico;
- Proteção ao Nome;
- Direito sobre o Corpo;
- Introdução;
- Disposição do Corpo;
- Transplantes;
- Esterilização;
- Intervenção Cirúrgica e Tratamento Médico;
- Direito à Privacidade;
- Introdução;
- Vida Privada;
- Direito à Imagem;
- Ausência;
- Introdução;
- Conceito e Fases do Procedimento;
- Curadoria do Ausente;
- Sucessão Provisória;
- Sucessão Definitiva;
- Ausência por Motivos Políticos;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Domicílio;
- Introdução;
- Distinção entre Morada, Residência e Domicílio;
- Domicílio da Pessoa Natural;
- Domicílio Profissional;
- Domicílio Aparente ou Ocasional;
- Mudança de Domicílio;

- Domicílio da Pessoa Jurídica;
- Classificação do Domicílio;
- Domicílio do Servidor Público;
- Domicílio do Agente Diplomático;
- Domicílio Contratual ou Especial;
- Domicílio no Direito Internacional;
- Bens;
- Conceito;
- Bens Corpóreos e Incorpóreos;
- Classificação Legal dos Bens;
- Dos Bens considerados em si mesmos;
- Bens Imóveis ou de Raiz;
- Imóveis por natureza ou Por Essência;
- Imóvel por Acesso Física Artificial ou Industrial;
- Imóvel por Força de Lei;
- Bens Móveis;
- Bens Móveis por Natureza ou Essência;
- Bens Móveis por Antecipação;
- Bens Móveis por Força De Lei;
- Efeitos da Distinção entre Bens Móveis e Imóveis;
- Bens Fungíveis e Infungíveis;
- Bens Consumíveis e Inconsumíveis;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Bens Divisíveis e Indivisíveis;
- Bens Singulares e Coletivos;
- Bens Reciprocamente Considerados;
- Frutos;
- Produtos;
- Benfeitorias;
- Acessões;
- Pertenças;
- Partes Integrantes;
- Bens Públicos;
- Inalienabilidade;
- Imprescritibilidade;
- Impenhorabilidade;
- Impossibilidade de Oneração;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Dos Fatos Jurídicos;
- Conceito;
- Aquisição dos Direitos;
- Direitos Atuais e Direitos Futuros;
- Modificação dos Direitos;
- Extinção dos Direitos;

- Defesa dos direitos;
- Negócio Jurídico;
- Distinção entre Ato e Negócio Jurídico;
- Ato jurídico e Ato –fato –Jurídico;
- Classificação dos Negócios e Atos Jurídicos;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Existência, Validade e Eficácia dos Atos ou Negócios Jurídicos.
- Requisitos de Validade dos Negócios Jurídicos;
- Agente Capaz;
- Objeto Lícito;
- Objeto Possível;
- Objeto Determinado ou Determinável;
- Forma;
- Motivo;
- Interpretação dos Negócios Jurídicos;
- Representação;
- Conceito;
- Distinção entre Representante e Presentante;
- Representação Legal, Voluntária e Judicial;
- Os Poderes de representação;
- Limitações aos Poderes do Representante;
- Benefício de Restituição (“*Restitutio in Integrum*”). Conflito de Interesses;
- Núncio ou mensageiro;
- Da Invalidade do Negócio Jurídico;
- Inexistência, Nulidade e Anulabilidade;
- Causas de Nulidade Absoluta;
- Causas de Nulidades Relativas;
- Nulidades Textuais e Virtuais;
- Distinção entre a Nulidade Absoluta e a Nulidade Relativa;
- Efeitos da Decretação da Nulidade;
- Princípio da Incomunicabilidade das Nulidades;
- Obrigações Contraídas por Menores;
- A invalidade do Instrumento;
- Pergunta.

MÓDULO IX

- Modalidades dos Atos ou Negócios Jurídicos;
- Introdução;
- Cabimento;
- Condição;
- Conceito;
- Elementos da Condição;
- Classificação das condições;
- Condições Possíveis;
- Condições Impossíveis;

- Condições Fisicamente impossíveis;
- Condições Juridicamente Impossíveis;
- Condições Casuais, Potestativas, Mistas e Promíscuas;
- Condições Lícitas e Ilícitas;
- Distinção entre condições Ilícitas e Condições Juridicamente Impossíveis;
- Condições Positivas e Negativas;
- Condições Suspensivas;
- Retroatividade das Condições Suspensivas;
- Condições Resolutivas;
- Distinção entre condição Resolutiva e Cláusula Resolutiva;
- Termo;
- Conceito;
- Distinção entre termo e prazo;
- Classificação;
- Medidas Conservatórias;
- Atos e Negócios Jurídicos que não admitem termo e condição;
- Prazo;
- Encargo ou Modo;
- Conceito;
- Distinção entre Encargo e Condição Suspensiva;
- Revogação do Ato por Inexecução do Encargo;
- Encargo Ilícito ou Impossível;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Defeitos ou Vícios do Negócio Jurídico;
- Introdução
- As teorias dos Vícios de Consentimento;
- Erro ou Ignorância;
- Conceito;
- Requisitos;
- Erro Substancial e Erro Acidental;
- Hipóteses de Erros Substancial;
- Erro sobre a Natureza do Negócio;
- Erro sobre o Objeto Principal da Declaração.
- Erro Essencial;
- Erro sobre a Pessoa;
- Erro Obstáculo ou impróprio;
- Erro Escusável;
- Erro Cognoscível;
- Erro real;
- Erro de Direito;
- Erro sobre o Motivo ou Quanto ao fim colimado;
- Transmissão de Vontade por Meios Interpostos;
- Erro na Indicação da Coisa ou Pessoa;
- Erro de Cálculo;

- Conservação do Negócio Jurídico;
- Ônus da Prova;
- Dolo;
- Conceito;
- Dolo Civil, Dolo Penal, e Dolo Processual;
- Distinção entre Erro e Dolo;
- Dolo e Fraude;
- Espécie de Dolo;
- Dolo Principal e Dolo Acidental;
- Dolo Positivo e Dolo Negativo;
- DOLUS BONUS e DOLUS MALUS;
- Dolo Bilateral ou Recíproco;
- Dolo direto e Dolo de Terceiro;
- Dolo do Representante;
- Ônus da Prova;
- Dolo Quanto à Idade;
- Coação;
- Conceito e Espécies;
- Requisitos da Coação;
- Efeitos;
- Temor Reverencial;
- Coação de Terceiro;
- Estado de Perigo;
- Conceito;
- Fundamento da Anulação;
- Requisitos do Estado de Perigo;
- Situação de Perigo Atual, que Ameaça Causar um Grave Dano Pessoal;
- Conhecimento do Perigo pela outra Parte;
- Assunção de Obrigação Excessivamente Onerosa;
- Efeitos da Anulação;
- Distinção entre Coação e Estado de Perigo;
- Distinção entre Estado de Perigo e Estado de Necessidade;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Lesão;
- Conceito e espécies;
- Requisitos da Lesão Especial ou Lesão-Vício;
- Efeitos da Lesão;
- Distinção entre lesão por necessidade e Estado de perigo;
- Simulação;
- Conceito;
- Requisitos;
- Espécies;
- Simulação absoluta e relativa;
- Simulação objetiva e subjetiva;

- Simulação inocente e maliciosa;
- Efeitos;
- Negócio Fiduciário;
- Reserva mental;
- Conceito;
- Requisitos;
- Modalidades de reserva Mental
- Reserva Mental Absoluta e Relativa;
- Reserva Mental inocente e ilícita;
- Reserva Mental Unilateral e Bilateral;
- Efeitos da Reserva Mental;
- Distinção entre Simulação e Reserva Mental;
- Distinção entre Reserva Mental e Declaração Jocosas, irônica ou cênica;
- LAPSUS LINGUAE VEL CALAMI;
- Distinção entre Reserva Mental e reticência;
- Restrição Mental;
- Fraude contra credores;
- Generalidades;
- Conceito e requisitos;
- CONSILIUM FRAUDIS;
- Insolvência;
- EVENTUS DAMNI;
- Negócios Jurídicos Suscetíveis de Fraude;
- Ação Pauliana;
- Distinção entre Simulação e Fraude contra Credores;
- Distinção entre Fraude contra Credores e Fraude à Execução.

MÓDULO XII

- Prescrição e Decadência ou Caducidade;
- Introdução;
- Conceito;
- Natureza Jurídica da Prescrição;
- Fundamento da Prescrição;
- Distinção entre Prescrição e Decadência;
- O Regime Jurídico Prescricional e o Decadencial;
- Renúncia à Prescrição;
- A Renúncia pode ser Expressa ou Tácita;
- O momento de arguição da Prescrição;
- Disposições Gerais;
- Distinção entre impedimento, suspensão e interrupção da prescrição;
- Causas de impedimento ou suspensão da prescrição;
- Causas interruptivas da prescrição;
- Prazos prescricionais;
- Perguntas.

MÓDULO I

- Direito das obrigações;
- Introdução;
- Divisão patrimonial;
- Distinção entre os direitos reais e pessoais;
- Direitos mistos;
- Obrigações *propter rem* ou reais;
- Ônus reais;
- Obrigação com eficácia real;
- Dever jurídico, obrigação, ônus, direito potestativo, estado de sujeição e faculdade jurídica e direito subjetivo;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Direito das Obrigações;
- Conceito;
- Vínculo Jurídico (Elemento Espiritual ou Imaterial);
- As Partes na Relação Obrigacional (Elemento Pessoal ou Subjetivo);
- Prestação (Elemento Material);
- Conteúdo do Vínculo Obrigacional;
- Fontes das Obrigações;
- Classificação das Obrigações;
- Quanto ao vínculo ou exigibilidade da prestação;
- Perguntas

MÓDULO III

- Obrigação de Dar;
- Conceito;
- Espécies;
- Obrigação de Dar Coisa Certa;
- Obrigação de Restituir;
- Obrigação de Dar Coisa Incerta ou Obrigação Genérica;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Obrigação de Fazer;
- Conceito;
- Distinção entre as Obrigações de Dar e Fazer;
- Espécies;
- Consequências do Descumprimento Fortuito da Obrigação de Fazer Infungível e Fungível;
- Consequências do Inadimplemento Culposo da Obrigação de Fazer Infungível e Fungível;
- Multa Diária ou Cominatória na Obrigação de Fazer.
- Obrigação de Não Fazer ou Negativa;
- Conceito;
- A Restrição da Liberdade Pessoal;

- A Obrigação de Não Fazer e a Servidão;
- Descumprimento Fortuito de Obrigação de Não Fazer;
- Descumprimento Culposo da Obrigação de Não Fazer;
- Classificação quanto ao modo de execução;
- Introdução;
- Obrigação Simples e Complexa;
- Obrigação Cumulativa ou Conjuntiva;
- Obrigação Facultativa;
- Obrigações Alternativas ou Disjuntivas;
- A Fase da Escolha;
- Impossibilidade ou Inexequibilidade de uma das Prestações;
- Impossibilidade ou Inexequibilidade de todas as Prestações;
- Perecimento por Culpa do Credor;
- Distinção entre Obrigação Alternativa e Obrigação de Dar Coisa Incerta;
- Classificação das Obrigações quanto ao Tempo de Adimplemento;
- Classificação das Obrigações Quanto aos Elementos Acidentais;
- Classificação das Obrigações Quanto ao Conteúdo;
- Obrigações Líquidas e Ilíquidas;
- Obrigações Reciprocamente Consideradas;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Classificação das Obrigações em Relação à Pluralidade de Sujeitos
- Obrigações Divisíveis;
- Conceito;
- Pressupostos;
- A Regra “CONCURSO PARTES FIUNT”;
- Espécies;
- Divisibilidade Ativa;
- Divisibilidade Passiva;
- Obrigação Indivisível;
- Conceito;
- A Indivisibilidade da Prestação;
- Espécies;
- Indivisibilidade Ativa;
- Indivisibilidade Passiva;
- A Indivisibilidade nas Diversas Modalidades de Obrigações;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Obrigações Solidárias;
- Conceito;
- Espécies;
- Fontes da Solidariedade;
- Solidariedade Ativa;
- Conceito;

- Direito de Regresso;
- Inconvenientes;
- Exceções Pessoais e Coisa Julgada;
- Fenômeno da Refração do Crédito;
- A Confusão;
- Renúncia à Solidariedade;
- Perecimento da Prestação;
- Mora, Prescrição, Incapacidade de um dos Credores, Nulidade e Cessão de Crédito;
- Distinção entre Solidariedade Ativa e Indivisibilidade Ativa;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Transmissão das Obrigações;
- Introdução;
- Tipos de Transmissão;
- Conteúdo;
- Cessão de Crédito;
- Conceito;
- Requisitos de Validades;
- Eficácia perante Terceiros;
- Eficácia perante o Devedor;
- Efeitos da Cessão;
- Cessão “PRO SOLUTO” e “PRO SOLVENDO”;
- Cessão de Crédito Penhorado;
- Espécies de Cessão de Crédito;
- Cessão Fiduciária e Cessão para Cobrança;
- Cessão de Crédito e Novação Subjetiva Ativa;
- Cessão de Crédito e Sub-Rogação;
- Endosso e cessão de Crédito.
- Assunção de Dívida;
- Conceito;
- Denominação;
- A Concordância do Credor;
- Forma;
- Espécie;
- Assunção de Dívida por Delegação;
- Assunção de Dívida por Expromissão;
- Assunção de Dívida no Silêncio do Negócio Jurídico;
- Assunção de Dívida e as Garantias;
- Anulação da Assunção de Dívida;
- Exceções Pessoais;
- Adquirente do Imóvel Hipotecado;
- Assunção da Dívida e Fiança;
- Promessa de Liberação ou Accolo ou Assunção de Cumprimento ou Acolação;
- Assunção de Dívida e Novação Subjetiva Passiva;
- Cessão de Contrato;

- Introdução;
- Conceito;
- Requisitos;
- Efeitos;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Do adimplemento e extinção da Obrigação;
- Introdução;
- Extinção da Obrigação;
- Do Pagamento ou modo direto de extinção da obrigação;
- Conceito;
- Natureza Jurídica do Pagamento;
- SOLVENS E ACCIPIENS;
- Adimplemento;
- Quem deve pagar;
- Pagamento efetuado pelo devedor;
- Pagamento efetuado por terceiro interessado;
- Pagamento efetuado por terceiro não interessado;
- O pagamento efetuado pela transmissão da propriedade;
- Daqueles a quem se deve pagar;
- Pagamento feito a quem não é credor. Credor Putativo;
- Pagamento ao Credor Incapaz;
- Pagamento efetuado na hipótese de penhora do crédito;
- Objeto do pagamento;
- Princípio do Nominalismo;
- Dívida de Dinheiro, Dívida de Valor e Dívida Remuneratória;
- Cláusula da Escala Móvel;
- Aprova do Pagamento;
- Presunções de Pagamento;
- Despesas com o Pagamento e Quitação;
- Lugar do Pagamento.
- Do Tempo de Pagamento;
- Vencimento Antecipado da Dívida;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Pagamento em Consignação;
- Conceito;
- Espécies de Consignação;
- Cabimento da Consignação;
- Requisitos;
- Processo da Consignação;
- A consignação de Prestações Periódicas;
- Consignação Extrajudicial;
- Considerações Finais;
- Pagamento Indevido;
- Conceito;

- Espécies;
- Requisitos;
- Casos de Exclusão da Repetição de Indébito;
- Forma de Devolução;
- Pagamento com Sub-Rogação;
- Introdução;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Espécies;
- Sub-Rogação Legal;
- Do Credor que Paga a Dívida do Devedor Comum;
- Do Adquirente do Imóvel Hipotecado, que paga a Credor Hipotecário, Bem como do Terceiro que Efetiva o Pagamento para não ser Privado de Direito sobre Imóvel;
- Do terceiro Interessado, que paga a Dívida pela qual era ou podia ser Obrigado, no todo ou em parte;
- Sub-rogação Convencional ou Contratual;
- Quando o Credor Recebe o Pagamento de Terceiro e Expressamente lhe Transfere todos os seus Direitos;
- Quando Terceira Pessoa Empresta ao Devedor a Quantia Precisa para Solver a Dívida, Sob a Condição Expressa de Ficar o Mutante Sub-Rogado nos Direitos do Credor Satisfeito;
- Efeitos da Sub-Rogação;
- Sub-Rogação Parcial;
- Imputação do Pagamento;
- Conceito;
- Requisitos;
- Espécies de Imputação;
- Imputação por Vontade do Devedor;
- Imputação feita pelo Credor;
- Imputação Ordenada por Lei;
- Efeitos;
- Dação em Pagamento;
- Conceito;
- Requisitos;
- Cabimento;
- Natureza Jurídica;
- Efeitos da Dação em Pagamento;
- Equiparação da Dação em Pagamento à Compra e Venda;
- A Evicção da coisa recebida em Pagamento;
- Cessão “IN SOLUTO” e cessão “IN SOLVENDO”;
- Dação em Pagamento Parcial;
- Dação em Pagamento e Adjudicação na Execução;
- Distinção entre Dação em Pagamento e Compra e Venda;
- Distinção entre Dação em Pagamento e Novação;
- Distinção entre Dação em Pagamento e *Datio pro Solvente*;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Novação;
- Introdução;
- Conceito;
- Espécies;
- Requisitos da Novação;
- Efeitos;
- Novação e Recuperação Judicial e Extrajudicial;
- Confusão;
- Introdução;
- Conceito;
- Espécies;
- Fontes da Confusão;
- Natureza Jurídica;
- Efeitos;
- Distinção entre confusão e compensação;
- Remissão das Dívidas;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Distinção entre Remissão e Renúncia;
- Capacidade das Partes;
- Objeto;
- Formas de remissão;
- Efeitos;
- Distinção entre remissão e remição;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Do Inadimplemento das Obrigações;
- Conceito e Espécies;
- Distinção entre caso fortuito e força maior;
- Distinção entre fortuito ou força maior e ausência de culpa;
- O inadimplemento nos contratos benéficos e onerosos;
- Inadimplemento absoluto e inadimplemento relativo;
- Da Mora;
- Conceito;
- Mora do Devedor;
- Requisitos da Mora do Devedor;
- Consequência da mora do Devedor;
- Momento da Configuração da Mora do Devedor;
- Purga ou emenda da mora do devedor;
- “PERPETUATIO OBLIGATIONIS ”
- Mora irregular ou Presumida;
- Mora do Credor;
- Mora Bilateral ou Recíproca.
- Perdas e Danos;
- Conceito;

- Pressupostos;
- Dano emergente e Lucro Cessante;
- As perdas e Danos nas Obrigações de Pagamento em Dinheiro;
- A influência do Dolo ou Culpa no Valor da Indenização;
- Presunção de Prejuízo;
- Juros Legais;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Classificação dos juros;
- Forma de Pagamento e de estipulação;
- Correção Monetária;
- Momento de Fluência dos juros de Mora;
- Hipóteses de não incidência dos juros Moratórios;
- Extensão dos Juros Moratórios;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Cláusula Penal;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Finalidade da Cláusula Penal;
- Espécies de Cláusula Penal;
- O Valor da Cláusula Penal;
- Princípio da Moderação Judicial das Penas Convencionais;
- Requisitos de Exigibilidade;
- A pluralidade de devedores;
- A Cumulatividade entre a Cláusula Penal e Perdas e Danos;
- Cláusula Penal e Perdas e Danos;
- Cláusula Penal e Arras;
- Cláusula Penal e Obrigação alternativa;
- Cláusula Penal e Obrigação facultativa;
- Cláusula Penal e Obrigação condicional;
- Cláusula Penal e multa simples;
- Cláusula Penal e multa penitencial;
- Arras ou sinal
- Conceito;
- Espécies;
- Natureza jurídica;
- Funções das arras;
- Cumulação entre arras e perdas e danos;
- O direito do arrendimento;
- Arrendimento recíproco;
- Distinção entre arras penitenciais e obrigação alternativa;
- Distinção entre arras penitenciais e multa penitencial;
- Outros tipos de arras;
- Arras assecuratórias ou securatórias;

- Arras como suplemento de preço;
- Arras no direito de família;
- Arras recíprocas;
- Arras dadas por terceiros;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL – CONTRATOS

PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Princípios Contratuais;
- Conceito;
- Eficácia horizontal dos direitos fundamentais;
- Distinção entre princípio e norma;
- Classificação;
- Princípio da autonomia da vontade;
- Princípio da supremacia da ordem pública;
- Princípio da função social do contrato;
- Princípio da boa-fé;
- Introdução;
- Princípio da boa-fé objetiva;
- Princípio da boa-fé subjetiva;
- Função da boa-fé;
- A boa-fé objetiva e a teoria dos atos próprios;
- Princípio do consensualismo;
- Princípio da obrigatoriedade ou *pacta sunt servanda* ou princípio da força vinculante dos contratos;
- Princípio da relatividade;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Contratos;
- Introdução;
- Conceitos;
- Distinção entre Pacto e Contrato;
- Elementos do Contrato;
- O contrato consigo mesmo;
- Requisitos de Validade do Contrato;
- Requisitos Subjetivos;
- Requisitos Objetivos;
- Requisitos Formais;
- Cláusulas Contratuais;
- Formação dos Contratos;
- Elementos Essenciais à Formação do Contrato;
- A Declaração de Vontade;
- Fases da Formação do Contrato;
- Negociações preliminares;
- Proposta ou Policitação ou Oblação ou Oferta;

- Conceito e Requisitos;
- Princípio da Irrevogabilidade da Proposta;
- Aceitação;
- A Aceitação nos Contratos por Correspondência Epistolar ou Telegráfica;
- Lugar da Celebração do Contrato;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Classificação dos Contratos;
- Introdução;
- Classificação;
- Contratos Consensuais e Reais;
- Contratos Solenes e Não-Solenes;
- Contratos Unilaterais e Bilaterais;
- Contratos Onerosos e Gratuitos;
- Contratos Comutativos e Aleatórios.
- Contratos Causais e Abstratos;
- Contratos Principais e Acessórios;
- Contratos Típicos e Atípicos;
- Contratos Preliminares e Definitivos;
- Contrato de Execução Instantânea e Contrato de Execução Continuada;
- Contratos Pessoais e Impessoais;
- Contratos Paritários, de Adesão e por Adesão;
- Contratos Individual, Individual Plúrimo, Individual Homogêneo, Coletivo e Difuso;
- Perguntas

MÓDULO IV

- Efeitos dos Contratos Bilaterais;
- Introdução;
- “*EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS*”;
- Cláusula Resolutiva Tácita.
- Vícios Redibitórios no Código Civil;
- Vícios Redibitórios no Código de Defesa do Consumidor;
- Perguntas

MÓDULO V

- Evicção;
- Interpretação dos Contratos;
- Introdução;
- Interpretação e Integração Contratual;
- Teorias;
- Princípios Básicos;
- Meios Auxiliares da Interpretação;
- Regras de Interpretação;
- Destinatários da Interpretação;

- Perguntas.

MÓDULO VI

- Extinção dos Contratos;
- Introdução;
- Causas de Extinção Anormal;
- Nulidade e Anulabilidade dos Contratos;
- Conversão do Contrato Nulo;
- Implemento de Condição ou Cláusula Resolutiva Expressa;
- Resolução;
- Resolução por Inexecução Voluntária do contrato;
- Resolução por Inexecução Involuntária do Contrato;
- Resolução por Onerosidade excessiva;
- Resilição;
- Distrato ou Resilição Bilateral;
- Resilição Unilateral;
- Morte de um dos Contratantes;
- Suspensão do Contrato;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Compra e Venda;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Elemento do Contrato;
- A coisa ou Objeto;
- O preço;
- Consentimento.
- Consequências derivadas da compra e venda;
- Introdução;
- As despesas do contrato;
- Responsabilidade pelos riscos;
- Direito de Retenção;
- Responsabilidade por dívidas fiscais recaídas sobre o imóvel;
- Direito aos cômodos.
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Limitações à Compra e Venda;
- Introdução;
- Venda a Descendente;
- Compra por Pessoa Encarregada de Zelar pelo Interesse do Vendedor;
- Venda por Condômino de coisa Indivisível;
- Venda a Cônjuge.
- Regras Específicas;
- Introdução;
- Venda “Ad Corpus”;

- Venda “Ad Mensuram”;
- Venda por Amostra;
- Venda de Coisa Conjunta.
- Clausulas Especial à Compra e Venda;
- Introdução;
- Retrovenda;
- Venda a Contento ou “AD GUSTUM”;
- Venda de Coisa Sujeita a Prova;
- Preempção ou Preferência ou Prelação;
- Venda com reserva de Domínio;
- Venda sobre Documentos;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Doação;
- Conceito e Elementos;
- Natureza Jurídica;
- Objeto da doação;
- Aceitação;
- Espécies de Doação;
- Restrições à Liberalidade de Doar;
- Doação feita por pessoa casada;
- Doação entre Cônjuge;
- Doação feita por incapaz;
- Doação Universal;
- Doação Inoficiosa;
- Doação Colacionável;
- Doação Fraudulenta;
- Doação do Cônjuge adúltero ao seu cúmplice;
- Doação Causa Mortis;
- Promessa de Doação;
- Revogação da Doação;
- Revogação por ingratidão do Donatário;
- Revogação por inexecução do encargo;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Fiança ou caução fidejussória;
- Introdução;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Interpretação da Fiança;
- Fiador;
- Abonador;
- Retrofiança;
- Fiança Conjunta;
- Fiança Limitada e Ilimitada;
- Fiança legal;

- Fiança Judicial;
- Fiança Mercantil;
- Distinção entre Fiança e Aval;
- Exoneração do Fiador;
- Efeitos;
- Extinção;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Mandato;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Requisitos;
- Espécies;
- Substabelecimento;
- Principais Obrigações do Mandatário;
- Principais Obrigações do Mandante;
- Ratificação do Mandato;
- Direito de Retenção;
- Extinção do Mandato;
- Mandato Legal;
- Mandato Judicial;
- Mandato e Prestação de Serviço;
- Mandato e Comissão Mercantil;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Contrato Estimatório;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Efeitos;
- Estipulações em Favor de Terceiro;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Requisitos;
- Efeitos;
- Promessa de Fato de Terceiro;
- Conceito;
- Objeto do contrato e suas consequências;
- Distinção entre a Promessa de fato de terceiro e a estipulação em favor de terceiro;
- Contrato com Pessoa a Declarar;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Responsabilidade Civil;
- Conceito;
- Responsabilidade Subjetiva e Objetiva;
- Responsabilidade Contratual e Extracontratual;
- Responsabilidade Civil e Responsabilidade Penal;
- Requisitos da Responsabilidade Civil;
- Ação ou Omissão do Agente – Teoria do Abuso do Direito;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Responsabilidade Civil por Ato Próprio do Agente;
- Ato Praticado Contra Honra Sexual da Mulher;
- Calúnia Difamação e Injúria;
- Demanda de Pagamento de Dívida Vincenda ou já Paga;
- Responsabilidade Decorrente do Rompimento de Noivado;
- Assédio Moral e Sexual;
- Ruptura de Casamento e União Estável;
- Dano ao Embrião ou Nascituro;
- Responsabilidade Civil Complexa ou Indireta;
- Responsabilidade por Fato de Terceiro;
- Responsabilidade dos Pais;
- Responsabilidade dos Tutores e Curadores;
- Responsabilidade do Empregador ou Comitente;
- Responsabilidade dos Educadores;
- Responsabilidade dos Donos de Hotéis e Casas de Hospedagem;
- Responsabilidades dos que Participaram no Produto do Crime;
- Responsabilidade dos Farmacêuticos;
- Direito de Regresso;
- Responsabilidade dos Empresários;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Responsabilidade Civil Complexa ou Indireta;
- Responsabilidade por fato de terceiro;
- Responsabilidade dos Pais;
- Responsabilidade dos Tutores e Curadores;
- Responsabilidade do Empregador ou Comitente;
- Responsabilidade dos Educadores;
- Responsabilidade dos Donos de hotéis e Casas de Hospedagem;
- Responsabilidade dos que Participaram no Produto do Crime;
- Responsabilidade dos Farmacêuticos;
- Direito de Regresso;
- Responsabilidade dos Empresários;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Responsabilidade por danos causados por coisas que estejam sob a guarda do agente;

- Introdução;
- Responsabilidade pela ruína de edifício;
- Responsabilidade resultante de coisas líquidas e sólidas (“EFFUSIS ET DEJECTIS”);
- Responsabilidade por Dano causado por veículo roubado ou furtado;
- Responsabilidade por dano causado por veículo dirigido por terceiro;
- Responsabilidade por dano Causado pelo Adquirente do Veículo, que não o Transferiu para o seu Nome;
- Responsabilidade decorrente do exercício de atividade perigosa;
- Responsabilidade Civil nos Acidentes de Trânsito;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Responsabilidade das empresas locadoras de veículos;
- Responsabilidade em caso de arrendamento Mercantil (“LEASING”);
- Responsabilidade por Danos Causados por Animais que Estejam Sob a Guarda do Agente;
- Responsabilidade decorrente do contrato de Transporte;
- Introdução;
- O transporte de Pessoas;
- O transporte gratuito;
- O transporte aéreo;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Danos Morais;
- Introdução;
- Conceito;
- Dano Moral de Repercussão Patrimonial;
- Critérios de Indenização dos Danos Morais;
- A Ação de Indenização por Danos Morais;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Culpa;
- Relação de Causalidade;
- Excludentes de Responsabilidade Civil;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Dano material;
- Conceito;
- Dano Eventual. Perda da Chance. Dano em Ricochete;
- Ressarcimento, reparação, indenização;
- Distinção entre Dano Patrimonial Direto e Indireto;
- Lesados Diretos e Indiretos;
- Liquidação do dano material;
- Conceito;

- Indenização Integral
- Correção monetária, juros e honorários advocatícios;
- A indenização em caso de homicídio;
- Indenização em caso de lesão corporal;
- Indenização por incapacidade laborativa;
- Garantia da Indenização;
- Indenização no caso de ofensa a liberdade pessoal;
- Indenização em caso de usurpação ou esbulho;
- Perguntas.

DIREITO CIVIL – DIREITO DAS COISAS

PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Direito das Coisas;
- Introdução;
- Conceito e Distinção entre Direitos Reais e Pessoais;
- Conteúdo;
- Regime Constitucional dos Direitos Reais;
- Posse;
- Conceito;
- Aquisição da posse;
- Da perda da posse;
- Detenção ou Mera Custódia;
- Natureza Jurídica da Posse;
- Objeto da Posse;
- Espécies de Posse;
- Posse Direta e Indireta;
- Posse Justa e Injusta;
- Posse de Boa-Fé e de Má-Fé;
- Princípio da continuidade do caráter da posse;
- Posse Jurídica e Natural;
- Posse Nova e Velha;
- *Posse ad interdicta e ad usucapionem*;
- *Posse pro diviso e pro indiviso*;
- Posse trabalho e posse improdutiva;
- Comosse Simples e de Mão Comum;
- *Jus possidendi e jus possessionis*;
- Obstáculo para aquisição da posse;
- Acessão da posse;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Efeitos da Posse;
- Defesa Direta;
- A Faculdade de Invocar os Interditos;
- Ações de Manutenção e Reintegração de Posse;
- Interdito proibitório;

- Princípios Aplicáveis às Ações Tipicamente Possessórias;
- Princípio da Fungibilidade;
- Natureza Dúplice;
- Proibição da *EXCEPTIO PROPRIETATIS*;
- Procedimento das Ações Possessórias;
- Ações Dominiais;
- Outras Ações;
- Embargos de Terceiro;
- Ação de nunciação de obra nova ou embargo de obra nova;
- Ação de dano infecto;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Efeitos quanto aos frutos;
- Efeitos em relação às benfeitorias;
- Direito de Retenção;
- Efeitos quanto à deterioração e perda da coisa;
- Aquisição pela Usucapião;
- Usucapião extrajudicial;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Propriedade;
- Fundamento jurídico
- Conteúdo do direito de propriedade;
- Características do direito de propriedade;
- Propriedade urbana e rural;
- Aquisição da propriedade imóvel;
- Aquisição pelo registro do título;
- Aquisição por acessão;
- Formação de ilhas;
- Construções e plantações (arts. 1.253 a 1.259 do CC);
- Perda da propriedade imóvel;
- Posse *pro labore* ou posse-trabalho;
- Aquisição da propriedade mobiliária;
- Propriedade resolúvel ou revogável;
- Propriedade *ad tempus*;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Condomínio geral;
- Conceito;
- Classificação;
- Direitos dos condôminos;
- Deveres dos condôminos;
- Administração do condomínio;
- Extinção do condomínio;
- Condomínio edilício;
- Conceito;

- Natureza jurídica;
- Instituição e constituição do condomínio;
- Aspectos relevantes;
- Administração do condomínio;
- Assembleia geral;
- Extinção do condomínio edilício;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Direito de vizinhança;
- Introdução;
- Modalidades;
- Natureza jurídica;
- Uso nocivo ou anormal da propriedade;
- Árvores limítrofes;
- Passagem forçada;
- Da passagem de cabos e tubulações;
- Das águas;
- Dos limites entre prédios;
- Direito de tapagem;
- Direito de construir;
- Direito de Alteamento e Direito de Penetração;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Direitos reais sobre coisas alheias;
- Introdução;
- Direitos reais de gozo ou fruição;
- Enfitese ou emprazamento ou aforamento ou prazos;
- Extinção da enfitese;
- Superfície ou Concessão de Uso de Superfície;
- Conceito;
- Objeto;
- Forma de instituição;
- Usucapião do direito de superfície;
- Natureza jurídica;
- Direito de preferência;
- Encargos;
- Extinção;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Servidão;
- Conceito;
- Fundamento;
- Princípios;
- Natureza jurídica;
- Distinção entre servidão e usufruto;

- Conteúdo;
- Classificação;
- Posse das servidões;
- Servidões acessórias;
- Modos de constituição;
- Tutela da servidão;
- Distinção entre servidão e direito de vizinhança;
- Remoção da servidão;
- Extinção das servidões;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Usufruto;
- Conceito;
- Distinção entre usufruto e fideicomisso;
- Distinção entre usufruto, locação e comodato;
- Classificação;
- Necessidade de transcrição do usufruto;
- Inalienabilidade do usufruto;
- Direitos do usufrutuário;
- Objeto;
- Deveres do Usufrutuário;
- Usufrutuário de empresa ou judicial (artigos 716 a 724 do CPC);
- Extinção do usufruto;
- Usufruto simultâneo;
- Procedimento de extinção do usufruto
- Direito Real de Uso;
- Direito Real de Habitação;
- Concessão de uso especial para fins de moradia;
- Concessão de direito real de uso;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Direitos reais de garantia;
- Introdução;
- Espécies de garantia;
- Espécies de direito reais de garantia;
- Distinção entre os direitos reais de garantia e os direitos reais de gozo ou fruição;
- Conceito e função;
- Características;
- Cláusula ou pacto comissório;
- Quem pode dar garantia real;
- Situações especiais;
- Quais coisas podem ser dadas em garantia;
- Princípio da especialização;
- Reserva Prelatória;
- Garantia real outorgada por terceiro;

- Vencimento antecipado da dívida;
- Remição do penhor e da hipoteca;
- Penhor;
- Extinção do penhor;
- Anticrese;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Hipoteca;
- Conceito;
- Espécies, forma, registro e princípios;
- Hipoteca censual;
- Bens que podem ser hipotecados;
- Alienação do bem hipotecado;
- Pluralidades de hipotecas (sub-hipotecas);
- Perempção da hipoteca ou Usucapião de Liberdade;
- Hipoteca legal;
- Especialização da hipoteca legal;
- Hipoteca judicial ou meia hipoteca ou Hipoteca Anômala;
- Remição;
- Remição na execução;
- Extinção da hipoteca;
- Cancelamento da hipoteca;
- Hipoteca constituída no período suspeito da falência;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Alienação fiduciária em garantia ou propriedade fiduciária;
- Conceito;
- Natureza judicial;
- Legitimidade para alienar em garantia;
- Legitimidade para ser adquirente (fiduciário) do bem dado em garantia;
- Bens que podem ser objeto de alienação fiduciária em garantia;
- Modo de constituição;
- Direitos do fiduciante;
- Obrigações do fiduciante;
- Ação de busca e apreensão;
- Cláusula comissória ou Pacto Real Comissório;
- Execução do contrato;
- Prisão do depositário infiel;
- Alienação Fiduciária de bens Imóveis;
- Do compromisso de compra e venda;
- Notícia histórica;
- DEC-LEI 58, de 10/12/1937;
- Natureza jurídica;
- Direito real;
- Forma;
- Arrependimento;

- Execução;
- Extinção;
- Indenização;
- Ação de adjudicação compulsória;
- Introdução;
- Conceito e pressuposto;
- A adjudicação compulsória é ação pessoal ou real?
- Prazo para a Propositura da Ação;
- Condições da ação;
- Legitimidade na adjudicação compulsória;
- Interesse de agir;
- Cessão de contrato;
- Conceito.
- A cessão do compromisso de compra e venda;
- Cessão do contrato por parte do promissário de lote rural;
- A cessão do contrato por parte do promissário comprador de lote urbano;
- A cessão do contrato por parte do promissário comprador de imóvel não loteado;
- Perguntas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I - CONHECIMENTO PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- **Normas fundamentais do processo civil**
- Introdução
- Processo civil constitucional
- Modelo constitucional do processo civil
- Princípios processuais
- Conceito
- Princípio do devido processo legal (“dueprocessoflaw”)
- Princípio da proporcionalidade ou da proibição do excesso
- Princípio da razoabilidade
- Princípio da dignidade da pessoa humana
- Princípio da adequação legal do processo
- Princípio do respeito ao autogoverno da vontade no processo
- Princípio da legalidade processual
- Princípios da publicidade e da motivação
- Princípio da eficiência processual
- Princípio da efetividade
- Princípio da primazia do mérito
- Princípio da proteção da confiança

- Princípio da boa-fé processual objetiva
- Princípio da cooperação ou colaboração
- Princípio da paridade do tratamento ou da isonomia e princípio do contraditório
- Princípio da ordem cronológica das sentenças ou acórdãos
- **Aplicação das normas processuais**
- Introdução
- Princípio “Tempus Regit Actum”
- Princípio Do Isolamento Dos Atos Processuais
- Aplicação Supletiva Ou Subsidiária
- Perguntas
- **Conceitos Fundamentais**
- **Jurisdição**
- Outros Mecanismos De Solução Dos Conflitos
- Finalidades
- Princípios
- Características
- Exceção ao caráter uno da jurisdição
- Casos de exclusão da jurisdição
- Cláusula de eleição de jurisdição
- Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária
- Perguntas
- **Cooperação internacional**
- Conceito e fundamento
- Meios ou Instrumentos
- Classificação
- Autoridade central
- Alimentos com base no tratado de nova iorque
- Convenção de haia sobre sequestro internacional de menores
- Cooperação internacional ativa
- Cooperação internacional passiva
- Normas comuns aos vários meios de cooperação internacional
- Objeto da cooperação internacional
- Auxílio direto
- Carta rogatória
- Procedimento do exequatur da carta rogatória
- Critério do julgamento
- Recursos
- Execução ou cumprimento da carta rogatória
- Dispensa do exequatur
- Homologação de sentença estrangeira
- Perguntas

- **Da ação**
- Teorias sobre o direito de ação
- Fundamento constitucional do direito de ação
- Conceito de ação e características
- Elementos da ação
- Partes
- Pedido
- Causa de pedir ou *causa petendi*
- Condições da ação
- Legitimidade *ad causam ou ad agendum*
- Legitimidade extraordinária negocial
- Interesse de agir
- Possibilidade jurídica do pedido
- Condição e carência supervenientes
- Formas de aferição das condições da ação
- Outras considerações sobre a teoria da asserção
- Perguntas
- **Processo**
- Conceito e elementos
- Procedimento
- Relação jurídica
- Sujeitos processuais
- Distinção entre processo e direito material
- Característica da relação jurídica processual
- Classificação do processo
- Sincretismo processual
- Classificação do procedimento
- **Pressupostos processuais**
- Conceito e classificação
- Momento da análise
- Efeitos
- Consequência da distinção entre os pressupostos processuais de existência e de validade
- Rol dos pressupostos processuais de existência ou constituição
- Rol dos pressupostos processuais de validade
- Distinções entre as diversas capacidades
- Legitimidade “ad causam” e interesse de agir
- Perguntas
- **Fato jurídico processual**
- Negócios jurídicos processuais
- Perguntas

MÓDULO II

- **Competência**
- Conceito
- Fundamento
- Fontes normativas da competência
- Ordem de análise da competência
- Competência da justiça brasileira: limites da jurisdição nacional
- Competência originária dos tribunais
- Perguntas
- **Competência da justiça especial e da justiça comum**
- Competência da justiça especial e da justiça comum
- Perguntas
- **Foro competente ou competência territorial**
- Juízo competente
- Princípio da perpetuação da jurisdição (“perpetuatio jurisdictionis”)
- Perguntas
- **Modificação da competência**
- Conexão e continência
- Foro de eleição ou contratual
- Perguntas
- **Competência funcional**
- Competência por delegação
- Competência absoluta e competência relativa
- Conflito de competência
- Perguntas

MÓDULO III

- **Sujeitos do processo**
- **Partes**
- Capacidade de ser parte
- Identificação das partes
- Capacidade processual e legitimidade “ad causam”
- Curador especial
- Integração da capacidade processual
- Sucessão das partes
- Sucessão por ação de habilitação
- Sucessão nos próprios autos
- Dos procuradores
- Perguntas

- **Litisconsórcio**
- Conceito
- Classificação
- Litisconsórcio facultativo
- Litisconsórcio necessário
- Litisconsórcio necessário ativo
- Princípio da autonomia dos litisconsortes
- Prazo
- Sucumbência no litisconsórcio
- Perguntas
- **Intervenção de terceiros**
- Conceito
- Espécies de terceiros
- Classificação
- Efeitos
- Cabimento
- Recursos
- **Assistência**
- Conceito e espécies
- Procedimento
- Assistência simples
- Assistência litisconsorcial
- Distinção entre assistência simples e assistência litisconsorcial
- Intervenção litisconsorcial voluntária ou no curso da instância
- Perguntas
- **Denúnciação da lide**
- Conceito
- Natureza jurídica
- Cabimento
- Ação autônoma de indenização
- Denúnciação da lide “per saltum”
- Denúnciações sucessivas
- Não cabimento da denúnciação da lide
- Posição processual do denunciado
- Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo autor
- Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo réu
- Rito e sentença
- Perguntas
- **Chamamento ao processo**
- Conceito

- Natureza jurídica
- Finalidade
- Cabimento
- Não cabimento do chamamento ao processo
- Procedimento
- Sentença
- Distinção entre chamamento ao processo e denunciação da lide
- Denunciação da lide e chamamento ao processo no código de defesa do consumidor
- Perguntas
- **Incidente de desconsideração da personalidade jurídica**
- Introdução
- Conceito
- Espécies
- Procedimento
- Desconsideração inversa da personalidade jurídica
- ***Amicuscuriae***
- Conceito
- Perguntas
- **Recurso de terceiro prejudicado**
- Intervenção *iussuiudicis*
- Intervenção anômala dos entes públicos
- A intervenção de terceiros na ação de alimentos
- Perguntas

MÓDULO IV

- **Formação do processo**
- Suspensão do processo
- Hipóteses da suspensão do processo
- Perguntas
- **Extinção do processo**
- Introdução
- Hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito
- Perguntas
- **Procedimento comum**
- Fases. Visão panorâmica
- **Petição inicial**
- Conceito
- Natureza jurídica
- Funções
- Efeitos processuais

- Forma
- Requisitos
- Perguntas
- Posturas do juiz diante da petição inicial
- Emenda da inicial
- Indeferimento da petição inicial
- Improcedência liminar do pedido
- **Pedido**
- Conceito e natureza jurídica
- Efeitos
- Espécies
- Características do pedido
- Cumulação de pedidos
- Requisitos da cumulação de pedidos
- Princípio da estabilização da demanda
- Pedido na obrigação alternativa
- Pedido na obrigação indivisível ativa
- Interpretação do pedido
- Perguntas
- **Citação**
- Conceito
- Funções
- Natureza jurídica
- Comparecimento espontâneo do réu
- Efeitos da citação
- Interrupção da prescrição
- Pessoalidade da citação
- Lugar da citação
- Restrições à citação
- Perguntas
- **Modalidades de citação**
- Citação pelo correio
- Citação por oficial de justiça ou mandado
- Citação com hora certa
- Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria
- Citação por edital
- Citação por meio eletrônico
- Perguntas

MÓDULO V

- **Audiência preliminar de conciliação ou mediação**
- Conceito e finalidade
- Cabimento
- Momento da audiência
- Local da audiência preliminar de conciliação ou mediação
- Condução da audiência preliminar
- Ausência injustificada
- Capacidade postulatória
- Representação voluntária
- Autocomposição
- Contestação antecipada
- Conciliador e mediador
- Perguntas
- **Contestação**
- Introdução
- Conceito
- Prazo
- Defesas processuais
- Defesas de mérito
- Ordem das defesas
- Pedidos na contestação
- Exceções e objeções
- Diferença entre preliminar e prejudicial
- Princípios da contestação
- Princípio da eventualidade
- Princípio do ônus da impugnação específica
- Indeferimento da contestação
- Defesas processuais arroladas no art. 337 do cpc
- Perguntas
- **Reconvenção**
- Conceito
- Natureza jurídica
- Fundamento
- Pressupostos da reconvenção
- Não cabimento da reconvenção
- Nomenclatura das partes
- Procedimento

- Respostas à reconvenção
- Reconvenção e substituição processual
- Reconvenção e ações dúplices
- Compensação e reconvenção
- Reconvenção sem contestação
- Perguntas
- **Arguição de impedimento ou suspeição**
- Conceito
- Distinção entre impedimento e suspeição
- Hipóteses de impedimento
- Hipóteses de suspeição
- **Procedimento**
- Legitimidade ativa
- Prazo
- Procuração
- Forma de arguição
- Efeitos
- Perguntas
- **Revelia**
- Conceito
- Efeitos
- Outros feitos da revelia
- Intervenção do réu revel no processo
- Revelia no processo de execução
- Perguntas
- **Providências preliminares**
- Conceito
- Finalidade
- Espécies
- Especificação das provas
- Réplica do autor
- Correção das irregularidades ou de vícios sanáveis
- Ação declaratória incidental
- Perguntas
- **Julgamento conforme o estado do processo**
- Conceito e considerações gerais
- Julgamento antecipado do mérito
- Julgamento antecipado parcial de mérito
- Perguntas
- **Saneamento e organização do processo**
- Conceito

- Forma
- Conteúdo do saneamento
- Esclarecimentos ou ajustes
- Estabilização da relação processual
- Acordo de delimitação das questões
- Perguntas
- **Audiência de instrução e julgamento**
- Introdução
- Poder de polícia
- Sequência dos atos
- Abertura
- Pregão
- Tentativa de conciliação
- Fixação dos pontos controvertidos
- Produção de prova oral
- Debates orais
- Sentença
- Adiamento da audiência
- Audiência una e contínua
- Perguntas

MÓDULO VI

- **Provas**
- Conceito
- Classificação das provas
- Finalidade da prova
- Destinatário da prova
- Objeto da prova
- Presunção
- Presunções judiciais
- Experiência comum
- Experiência técnica
- Distinção entre fato notório e regras de experiência comum e técnica
- Indícios
- Princípio “iuranovitcuria”
- Prova emprestada
- Procedimento probatório
- Poderes probatórios do juiz
- Ônus da prova
- Consequência
- Classificação

- Inversão do ônus da prova
- Inversão legal do ônus da prova
- Prova diabólica
- Inversão judicial do ônus da prova
- Inversão convencional do ônus da prova
- Sistema de valorização das provas
- Prova ilícitas
- Princípio da comunhão ou da aquisição da prova
- Meios de prova
- Perguntas
- **Produção antecipada da prova**
- Previsão legal
- Objetivo
- Produção antecipada de prova não é processo cautelar
- Natureza jurídica
- Aplicação
- Justificação
- Procedimento
- Competência
- Liminar
- Citação
- Manifestação dos interessados. Pedido contraposto
- Recurso
- Deferimento da prova
- Sentença
- Devolução dos autos
- **Ata notarial**
- Conceito
- Competência
- Conteúdo
- Requerente
- Documento público narrativo
- Considerações finais
- Perguntas
- **Depoimento pessoal**
- Conceito
- Objetivo
- Distinção entre depoimento pessoal e prova testemunhal
- Distinção entre depoimento pessoal e interrogatório
- Iniciativa
- Princípio da pessoalidade ou da indelegabilidade

- Direito ao silêncio
- Procedimento
- Perguntas

MÓDULO VII

- **Confissão**
- Conceito
- Natureza jurídica
- Distinção entre confissão e reconhecimento do pedido
- Distinção entre confissão e admissão
- Quem pode confessar
- Espécies de confissão
- Requisitos de eficácia da confissão
- Efeitos da confissão
- Confissão no litisconsórcio
- Irrevogabilidade da confissão
- Anulação da confissão
- Indivisibilidade de confissão
- Perguntas
- **Exibição de documento ou coisa**
- Considerações gerais
- Documento ou coisa em poder da parte adversária
- Documento ou coisa em poder de terceiro
- Escusas legítimas à exibição do documento ou coisa
- **Inspeção judicial**
- Conceito
- Postulação
- Cabimento
- Direito de não ser inspecionado
- Espécies
- Distinção entre pericia e inspeção judicial indireta
- Distinção entre inspeção judicial de pessoas e interrogatório
- Local da inspeção judicial
- Acompanhamento das partes
- Auto e ata de inspeção
- Perguntas
- **Prova documental ou literal (parte 1)**
- Conceito
- Documento, monumento, instrumento e prova documentada
- Documentos autógrafos e heterógrafos

- Documentos dispositivos e narrativos
- Documento público
- Documento público nulo
- Documento particular
- Documentos eletrônicos
- Análise de algumas normas sobre documento particular
- Perguntas
- **Produção da prova documental**
- Momento para manifestação sobre os documentos
- Requisição de documento ou coisa
- Arguição de falsidade
- Perguntas
- **Prova testemunhal**
- Conceito
- Classificação
- Admissibilidade da prova testemunhal
- Capacidade para ser testemunha
- Impedimento e suspeição da testemunha
- Direito ao silêncio ou escusa de depor
- Local do depoimento
- Juntada do rol de testemunhas
- Substituição da testemunha
- Intimação da testemunha
- Condução coercitiva
- Ordem da inquirição
- Qualificação da testemunha
- Contradita
- Escusa de depor
- Compromisso
- Inquirição das testemunhas
- Documentação do depoimento
- Acareação
- Direitos das testemunhas
- Perguntas
- **Prova pericial**
- Conceito
- Natureza jurídica do perito
- Espécies de prova pericial
- Indeferimento da prova pericial
- Dispensa da perícia
- Nomeação do perito

- Liberdade de escolha do perito
- Perícia complexa
- Escusa do perito
- Substituição do perito
- Suspeição ou impedimento do perito
- Preparação da prova pericial
- Perícia simples ou informal
- Segunda perícia ou nova perícia
- Princípio da persuasão racional
- Responsabilidade do perito
- Honorários do perito e do assistente técnico
- Perguntas

MÓDULO VIII

- **Sentença**
- Conceito
- Elementos da sentença
- Relatório
- Fundamentação ou motivação
- Dispositivo
- Teoria dos capítulos da sentença
- Princípio da congruência
- Congruência objetiva
- Sentença ultra-petita
- Sentença extra-petita
- Sentença citra-petita
- Classificação da sentença
- Outras classificações
- Fatos supervenientes
- Publicação da sentença
- Alteração da sentença
- Hipoteca judiciária
- Perguntas
- **Tutela provisória**
- Conceito
- Finalidade
- Fundamento
- Classificação
- Distinção ente tutela provisória e tutela definitiva
- Breves conceitos
- Forma de requerimento da tutela provisória

- Legitimidade
- Cabimento
- Momento da concessão da tutela provisória
- Precariedade
- Recursos
- Forma de efetivação
- Competência
- **Tutela de urgência**
- Conceito
- Pressupostos da tutela de urgência
- Responsabilidade objetiva
- Fungibilidade das tutelas de urgência
- Procedimento da tutela antecipada ou satisfativa requerida em caráter antecedente
- **Tutela cautelar antecedente**
- Conceito
- Requisitos da tutela cautelar antecedente
- Procedimento da tutela cautelar antecedente
- Pedido principal
- Cessaçãõ da eficácia da tutela cautelar antecedente
- Efeito da cessação da tutela cautelar antecedente
- Tutela da evidência
- Tutela provisória contra a fazenda pública
- Constitucionalidade das leis que proíbem ou restringem a tutela provisória contra a fazenda pública
- Hipóteses de não cabimento da tutela provisória contra a fazenda pública
- Tutela provisória em dívidas de dinheiro
- Suspensão da liminar ou da sentença prolatada contra a fazenda pública
- Perguntas

MÓDULO IX

- **Coisa julgada**
- Conceito
- Espécies de coisa julgada
- Fundamento
- Efeitos da coisa julgada
- Pressupostos da coisa julgada
- Decisão de mérito

- Trânsito em julgado da decisão
- Coisa julgada “pro et contra”, “secundum eventum litis”
“secundum eventum probationis”
- Limites objetivos da coisa julgada
- Introdução
- Questão principal
- Questão prejudicial
- Ação declaratória incidental
- Tópicos da decisão que não fazem coisa julgada
- Limites subjetivos da coisa julgada
- Exceções ao princípio da singularidade ou aos limites subjetivos da coisa julgada
- Eficácia preclusiva da coisa julgada material ou princípio do deduzido e do dedutível
- Eficácia natural da sentença
- Limites temporais da coisa julgada
- Regra geral
- Relação jurídica de trato continuado
- Demais casos previstos em lei
- Relativização ou flexibilização da coisa julgada
- Coisa julgada e litispendência nas ações coletivas
- Litispendência
- Coisa julgada coletiva e coisa julgada individual
- Coisa julgada coletiva
- Coisa julgada parcial ou fragmentada ou por capítulos ou progressiva
- Perguntas
- **Ação rescisória**
- Conceito
- Natureza jurídica
- Distinção entre ação rescisória e recurso
- Distinção entre ação rescisória e *querela nullitatis insanabilis*
- Distinção entre ação rescisória e ação anulatória de ato processual
- Prazo da ação rescisória
- Legitimidade ativa legitimidade passiva
- Competência
- Pressupostos da ação rescisória
- Trânsito em julgado de uma decisão de mérito
- Esgotamento dos recursos
- Tutela de urgência
- Fundamentos da ação rescisória
- Procedimento da ação rescisória
- Petição inicial

- Depósito prévio
- Julgamento de improcedência liminar
- Incompetência do tribunal
- Citação
- Julgamento antecipado do mérito
- Reconhecimento do pedido, transação e renúncia
- Extinção do processo sem resolução do mérito
- Intervenção do ministério público
- Fatos que dependem de prova
- Alegações finais e julgamento
- Recursos cabíveis
- Perguntas

MÓDULO X

- **Incidente de resolução de demandas repetitivas**
- Introdução
- Conceito
- Finalidade
- Pressupostos
- Objeto do incidente
- Competência
- Legitimidade ativa
- Procedimento
- Efeitos da admissibilidade do incidente
- Tutela de urgência
- Efeito expansivo
- Publicidade
- Atos procedimentais
- Julgamento
- Efeitos do julgamento
- Revisão da tese jurídica
- Recursos
- **Incidente de assunção de competência**
- Conceito
- Cabimento
- Legitimidade ativa
- Competência
- Efeitos
- Objetivo do incidente
- Incidente de arguição de inconstitucionalidade

- Perguntas
- **Precedente judicial**
- Introdução
- Conceito de precedente judicial
- Conteúdo do precedente judicial
- Métodos de identificação do precedente
- Diferença entre a eficácia do precedente e da coisa julgada
- Distinção entre precedente judicial, jurisprudência e súmula
- Deveres dos tribunais em relação aos precedentes
- Dever de uniformizar a jurisprudência
- Dever de manter a jurisprudência estável
- Dever de manter a jurisprudência coerente
- Dever de manter a jurisprudência íntegra
- Dever de publicidade
- Precedentes obrigatórios
- **Superação ou revogação do precedente judicial**
- Conceito e espécies
- Overruling
- Overriding
- Transformation
- Eficácia temporal da revogação ou alteração do precedente
- Signaling
- Reversal
- Perguntas

MÓDULO XI

- **Recursos**
- Provimentos jurisdicionais
- Jurisdição revisiva
- Conceito de recurso
- Honorários advocatícios
- Características do recurso
- Classificação dos recursos
- Princípios recursais
- Princípio do duplo grau de jurisdição
- Princípio da colegialidade
- Princípio da taxatividade
- Princípio da unirrecorribilidade ou singularidade ou unicidade
- Princípio da dialeticidade
- Princípio da proibição da *reformatio in pejus*
- Princípio da fungibilidade

- Princípio da complementariedade
- Princípio da consumação
- Perguntas
- **Admissibilidade dos recursos**
- Introdução
- Pressupostos de admissibilidade
- Análise dos pressupostos de admissibilidade dos recursos
- Cabimento do recurso
- Legitimidade
- Interesse recursal
- Inexistência de fato extintivo do direito de recorrer
- Tempestividade
- Preparo
- Regularidade procedimental ou formal
- Inexistência de fato impeditivo do direito de recorrer
- Perguntas
- **Juízo do mérito recursal**
- Efeitos dos recursos
- Sucedâneos recursais
- Reexame necessário ou remessa necessária
- Correição parcial
- Pedido de reconsideração
- **Reclamação**
- Conceito
- Legislação aplicável
- Natureza jurídica
- Legitimidade ativa
- Competência
- Prazo para a propositura
- Cabimento de recurso
- Procedimento
- Perguntas

MÓDULO XII

- **Recurso adesivo**
- Introdução
- Conceito
- Cabimento
- Prazo
- Requisitos
- Interposição do recurso adesivo
- Pressupostos de admissibilidade do recurso adesivo
- Julgamento do mérito

- **Técnica de julgamento ou prolongamento do julgamento**
- Conceito
- Finalidade
- Distinção entre técnica de julgamento e embargos infringentes
- Cabimento
- Prosseguimento do julgamento
- Não cabimento da técnica de julgamento
- Decisão monocrática do relator
- **Sustentação oral**
- Conceito
- Momento da realização
- Duração
- Cabimento
- Preferência
- Sustentação oral por videoconferência
- Conversão do julgamento em diligência
- Revisor
- Pedido de vista
- Julgamento
- Julgamentos realizados eletronicamente (art. 945 do cpc)
- **Apelação**
- Conceito
- Prazo
- Forma de interposição
- Objeto do recurso
- Juízo de admissibilidade
- Efeito suspensivo
- Teoria da causa madura
- **Recurso ordinário constitucional**
- Introdução
- Recurso ordinário constitucional julgado pelo STF
- Recurso ordinário constitucional julgado pelo STJ
- Procedimento do recurso ordinário
- Efeitos
- Perguntas
- **Embargos de declaração**
- Conceito
- Natureza jurídica
- Vícios que legitimam os embargos de declaração
- Procedimento
- Prazo

- Legitimidade
- Forma de interposição
- Pressupostos de admissibilidade
- Análise do mérito
- Interrupção do prazo recursal
- Embargos de declaração manifestamente protelatórios
- Complemento ou alteração das razões do recurso
- Procedimento
- Espécies
- Efeito devolutivo
- Efeito suspensivo
- Efeito translativo
- Perguntas
- **Agravo de instrumento**
- Conceito
- Agravo retido
- Nomenclatura
- Hipóteses de cabimento do agravo de instrumento
- Composição do instrumento
- Comunicação da interposição do agravo ao juízo de primeiro grau
- Procedimento
- Prazo
- **Forma de interposição**
- Posturas do relator
- Requisições de informações ao juízo de primeiro grau
- Intimação do agravado para as contrarrazões
- Oitiva do ministério público
- Julgamento do agravo
- **Agravo interno**
- Conceito
- Prazo
- Procedimento
- Perguntas
- **Teoria geral do recurso extraordinário e do recurso especial**
- Introdução
- Recursos de fundamentação vinculada
- Esgotamento das vias recursais
- Decisão judicial recorrida
- Questões de direito
- Finalidades
- Prequestionamento
- Embargos de declaração prequestionador
- Efeito translativo

- Juízo de admissibilidade
- Forma de interposição
- Prazo
- Efeito suspensivo impróprio
- Contrarrazões
- Posturas do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido
- Interposição simultânea de recurso extraordinário e recurso especial
- Fungibilidade
- Recurso especial ou extraordinário com mais de um fundamento
- **Recurso extraordinário**
- Hipóteses de cabimento
- Repercussão geral
- **Recurso especial**
- Hipóteses de cabimento
- Recursos extraordinário e especial repetitivos
- **Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário**
- **Embargos de divergência**
- Cabimento (art. 1.043 do CPC)
- Objeto
- Requisitos
- Procedimento
- Interrupção do prazo para o recurso extraordinário
- recurso extraordinário da outra parte interposto na pendência dos
- embargos de divergência

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO IX

- Abuso de Autoridade;
- Lei n.º 4.898/65;
- Considerações Iniciais;
- Conceito de Autoridade;
- Conceito de representação;
- Crimes em Espécie;
- Penas;
- Ação Penal;
- Competência;
- Juizado Especial Criminal;
- Procedimento especial;
- Aspectos Administrativos e Cíveis do Abuso de Autoridade;
- Lei Maria da Penha;
- Lei nº 11.340/06;
- Considerações Iniciais;
- Direitos Humanos;
- Fundamento Constitucional;
- Afastamento da Lei n.º 9.099/95;
- Sujeitos do Crime;

- Âmbito de Incidência da Lei;
- Formas de Violência;
- Das Medidas de Assistência;
- Procedimento;
- Das Medidas Protetivas de Urgência (MPU's);
- Das Atribuições do Ministério Público;
- Perguntas.

DIREITO PENAL – PARTE GERAL
PROF. FLÁVIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Introdução;
- Definição;
- Função do Direito Penal;
- Características do Direito Penal;
- Direito Penal Objetivo e Subjetivo;
- Escolas Penais;
- Introdução;
- Paralelo entre a Escola Clássica e a Escola Positiva;
- Direito Penal do Inimigo;
- Introdução;
- Conceito;
- Fins do Direito Penal do Inimigo;
- Características do Direito Penal do Inimigo;
- O Direito Penal do Inimigo no Brasil;
- Fontes do Direito Penal;
- Conceito;
- Fontes Materiais;
- Fontes Formais;
- Lei Penal;
- Introdução;
- Classificação das Leis Penais;
- Características;
- Lei Penal em Branco;
- Interpretação da Lei Penal;
- Conceito e Objeto;
- Interpretação Quanto ao Sujeito;
- Interpretação Quanto aos Métodos;
- Interpretação Quanto ao Resultado;
- O Princípio do “IN DUBIO PRO REO”;
- Interpretação Progressiva;
- Interpretação Analógica ou “INTRA LEGEM”;
- Distinção entre Analogia, Interpretação Extensiva e Interpretação Analógica;
- Analogia;
- Integração do Ordenamento Jurídico;
- Conceito e Fundamento;

- Espécies de Analogia;
- Princípio da Reserva Legal;
- Considerações Preliminares;
- Fundamento Político;
- Fundamento Jurídico. Princípio da Taxatividade;
- O Princípio da Reserva Legal e o Tipo Aberto;
- O Princípio da Reserva Legal e a Norma Penal em Branco;
- Princípio da Reserva Legal e as Contravenções Penais;
- Princípio da Reserva Legal e as Penas;
- Princípio da Reserva Legal e o Princípio da Legalidade;
- Princípio da Reserva Legal e as Medidas de Segurança;
- Princípio da Reserva Legal e as Espécies Normativas;
- Princípio da Reserva Legal e as Normas Penais Não Incriminadoras;
- Princípio da Anterioridade;
- A Lei Penal no Tempo;
- Introdução;
- Conflitos de leis Penais no Tempo;
- Lei Benigna;
- Combinação de Leis;
- “NOVATIO LEGIS” Incriminadora e “NOVATIO LEGIS IN PEJUS”;
- Lei Temporária ou Excepcional;
- As Normas Penais em Branco e o Direito Intertemporal;
- Tempo do Crime;
- Considerações Gerais;
- Efeitos;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Lei Penal no Espaço;
- Direito Penal Internacional e Direito Internacional Penal. Princípios;
- Princípio da Territorialidade;
- Princípio da Personalidade (ou da Nacionalidade) e Princípio do Domicílio;
- Princípio da Defesa;
- Princípio da Justiça Penal Universal;
- Princípio da Representação;
- Conceito de Território;
- Lugar do Crime (“LOCUS DELICTI”);
- Extraterritorialidade;
- Extraterritorialidade Incondicionada;
- Extraterritorialidade Condicionada;
- “NON BIS IN IDEM;”
- Eficácia da Sentença Penal Estrangeira
- Lei Penal Em Relação Às Pessoas;
- Considerações Iniciais;
- Imunidades Diplomáticas e Chefes de Governo Estrangeiro;
- Imunidades Parlamentares;

- Espécies;
- Imunidades Absolutas;
- Imunidades Relativas;
- Imunidades de Deputados Estaduais;
- Imunidades dos Vereadores;
- Imunidades do Presidente da República e de Governadores de Estado;
- Extradicação;
- Disposições Finais do Título I;
- Contagem do Prazo;
- Fração não Computável da Pena;
- Legislação Especial;
- Teoria Geral do Crime;
- Crime, Delito e Contravenção;
- A Infração Penal na Teoria Geral do Direito;
- Ilícito Penal e Ilícito Extrapenal (Civil, Administrativo e Disciplinar);
- Conceito de Crime;
- Conceito Formal;
- Conceito Material;
- Conceito Analítico;
- Teoria Sintomática do Crime;
- Teoria Bipartida;
- Objeto do Crime;
- Espécies;
- Objeto Jurídico;
- Objeto Material do Crime;
- Sujeito Ativo do Crime;
- Conceito;
- Designações;
- Capacidade Penal Ativa;
- Imputabilidade e Capacidade;
- Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica;
- Sujeito Passivo do Crime;
- Conceito e Designações;
- Prejudicado pelo Crime;
- Sujeito Passivo e Objeto Material;
- Classificação dos Crimes;
- Crimes Materiais, Formais e de Mera Conduta;
- Crimes de Dano e de Perigo;
- Delitos Instantâneos, Permanentes e a Prazo;
- Crimes Comissivos e Omissivos;
- Crimes Comuns, Próprios e de Mão Própria;
- Crimes Unissubjetivos e Plurissubjetivos;
- Crimes de Subjetividade Passiva Única e de Dupla Subjetividade Passiva;
- Crimes Simples e Complexos;
- Crimes Monoofensivos e Pluriofensivos;

- Crimes Unissubsistentes e Plurissubsistentes;
- Crimes de Forma Livre e de Forma Vinculada;
- Crimes Principais e Acessórios;
- Crimes Conexos e Independentes;
- Crimes a Distância, Plurilocais e em Trânsito;
- Crimes Transeuntes e não Transeuntes;
- Outros Delitos;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Fato Típico;
- Conceito e Caracteres;
- Conduta;
- Ideias Gerais;
- Teoria Naturalística;
- Teoria Finalista;
- Teoria Social da Conduta;
- Teoria Jurídico-Penal da Conduta;
- Características da Conduta;
- Elementos da Conduta;
- Ausência de Conduta.
- Formas de Conduta;
- Ação;
- Omissão;
- Omissivos Próprios;
- Omissivos Impróprios;
- O Dever Jurídico de Agir;
- O Poder de Agir;
- Perguntas.
 - Resultado;
 - Noções Gerais;
 - Resultado Normativo ou Jurídico;
 - Resultado Naturalístico;
 - O Resultado nos Crimes de Perigo;
 - Da Relação de Causalidade;
 - Introdução;
 - Teorias;
 - Teoria Adotada;
 - Exceção à Teoria da "*condictiosinequa non*";
 - Causalidade das Omissões;
 - Perguntas.

MÓDULO IV

- Teoria da imputação Objetiva;
- Resumo da Teoria da Imputação Objetiva;
- Teoria da Tipicidade;
- Introdução;
- Evolução Doutrinária;

- Tipicidade e Antijuridicidade;
- Ausência de Tipicidade;
- Adequação Típica;
- Distinção entre Tipicidade e Adequação Típica;
- Perguntas.
- Teoria do Tipo;
- Introdução;
- Tipo Legal;
- Funções do Tipo Legal;
- Elementos do Tipo Legal;
- Elementos Especiais do Tipo;
- Tipo Normal e Tipo Anormal;
- Tipo Fundamental e Tipo Derivado;
- Tipo Fechado e Tipo Aberto;
- Tipo Simples e Tipo Misto;
- Tipo Congruente e Tipo Incongruente;
- Conflito Aparente de Normas;
- Introdução;
- Conceito. Requisitos. Princípios;
- Princípio da Especialidade;
- Princípio da Subsidiariedade;
- Princípio da Consunção;
- Crime Conexo.
- Princípio da Alternatividade;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Dolo;
- Introdução;
- Teoria do Dolo;
- Conceito de Dolo;
- Elementos do Dolo;
- Espécies de Dolo;
- Dolo Direito de Primeiro Grau (Determinado, Intencional, Incondicional) e Dolo Indeterminado (Indireto);
- Dolo de Dano e Dolo de Perigo;
- Dolo Genérico e Dolo Específico;
- Dolo Geral (“*Dolus Generalis*”) ou Erro Sucessivo;
- Dolo Antecedente, Concomitante e Subsequente;
- Dolo de Propósito (ou Refletido) e Dolo de Ímpeto (ou Repentino);
- “DOLUS BONUS” e “DOLUS MALUS”;
- “DOLUS IN RE IPSA” ou Dolo Presumido;
- Dolo Direto de segundo grau ou Dolo de Consequências Necessárias;
- Dolo Civil;
- Posição do dolo na teoria Geral do Crime;
- Dolo e Pena.
- Crime Culposos;

- Conceito e Elementos;
- Conduta Inicial Voluntária;
- Violação do Dever de Cuidado;
- Resultado Involuntário;
- Nexo Causal;
- Previsibilidade Objetiva do Resultado;
- Ausência de Previsão;
- Tipicidade;
- Espécies de Culpa;
- Culpa Presumida (ou “IN RE IPSA”);
- Graus de Culpa;
- Compensação de Culpas;
- Concorrência de Culpas;
- Caráter Excepcional do Crime Culposo
- Causas de Exclusão da Culpa;
- A Culpabilidade nos Crimes Culposos;
- Crimes Culposos de Mera Conduta;
- Crimes Culposos de Perigo.
- Crime Preterdoloso;
- “VERSARI IN RE ILLICITA”;
- Conceito de Crime Preterdoloso ou Preterintencional;
- Perguntas.
- Erro de Tipo;
- Conceito;
- Espécies;
- Efeitos;
- Erro de Tipo e Erro de Fato;
- Erro Determinado por Terceiro;
- Discriminantes Putativas;
- Erro Acidental;
- Crime Consumado;
- Conceito;
- Delito Cometido e Delito Consumado, Importância de um e de outro;
- Condição Objetiva de Punibilidade
- Crime Exaurido (ou Esgotado);
- A Consumação nas Diversas Espécies de Crimes;
- Fases da Realização do Crime;
- “*Iter Criminis*”;
- Cogitação;
- Atos Preparatórios;
- Atos Executórios;
- Distinção Entre Atos Preparatórios e de Execução;
- A Posição do Perigo no “*Iter Criminis*”;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Tentativa;

- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Elementos da Tentativa;
- Punibilidade da Tentativa;
- Inadmissibilidade da Tentativa;
- Tentativa Perfeita e Imperfeita;
- Tentativa Branca (ou Incruenta);
- Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz;
- Conceito e Distinção;
- Fundamento;
- Natureza Jurídica;
- Desistência Voluntária;
- Arrependimento Eficaz ou Resipiscência;
- A Tentativa Qualificada;
- A Comunicabilidade da Desistência Voluntária e do Arrependimento Eficaz.
- Arrependimento posterior;
- Conceito;
- Fundamento;
- Natureza Jurídica;
- Requisitos;
- Comunicabilidade do Art. 16 do Código Penal;
- Normas especiais sobre a reparação do Dano;
- A súmula 554 do STF;
- Arrependimento posterior e arrependimento eficaz;
- Delito Putativo;
- Conceito e Espécies;
- Delito Putativo por erro de Proibição;
- Delito Putativo por erro de Tipo;
- Delito Putativo por obra do agente provocador;
- Crime Impossível;
- Conceito e Terminologia;
- Espécies;
- Diferença entre Crime Impossível e Tentativa;
- Crime Impossível e Crime Putativo;
- Natureza Jurídica do Crime Impossível;
- Teorias;
- Crime Impossível por ineficácia Absoluta do Meio;
- Crime Impossível por Improriedade Absoluta do Objeto;
- O Delito de Periculosidade;
- Perguntas.
- Da Antijuridicidade;
- Conceito;
- Terminologia;
- Injusto;
- Caráter da Antijuridicidade;
- Antijuridicidade Genérica e Específica;

- Causas de Exclusão da Ilícitude;
- Causas Supralegais de Exclusão da Ilícitude;
- Princípio da Adequação Social;
- Princípio da Insignificância (ou da Bagatela);
- Princípio do Balanço dos Bens ou da Proporcionalidade;
- Consentimento do Ofendido;
- Elementos Objetivos e Subjetivos das Causas de Exclusão da Ilícitude;
- Estado de Necessidade;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Distinção entre Estado de Necessidade e Legítima Defesa;
- Requisitos do Estado de Necessidade;
- Perigo Atual;
- Ameaça a Direito Próprio ou Alheio;
- Perigo não provocado voluntariamente pelo agente;
- Inexistência do Dever Legal de Enfrentar o Perigo;
- O Fato Necessitado;
- Causa de Redução de Pena;
- Espécies de Estado de Necessidade;
- Estado de Necessidade Recíproco;
- Comunicabilidade do Estado de Necessidade;
- Reação contra a Agressão de Inimputável;
- Casos especiais de Estado de Necessidade;
- Estado de Necessidade Exculpante;
- Estado de Necessidade contra Coisas;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Da legítima defesa;
- Fundamento;
- Natureza jurídica;
- Conceito e requisitos;
- Agressão injusta, atual ou iminente;
- Direito próprio ou alheio atacado ou posto em perigo de agressão;
- Reação com os meios necessários;
- Uso moderado do meio;
- Provocação da agressão;
- Espécies de legítima defesa;
- Legítima defesa sucessiva;
- Legítima defesa recíproca;
- O delito culposos e a legítima defesa;
- Legítima defesa e “ABERRATO ICTUS”.
- Exercício regular do direito;
- Introdução;
- Lesões em jogos esportivos;
- Intervenções médicas e cirúrgicas;
- Ofendículos;
- Estrito cumprimento de dever legal;

- Conceito;
- Do excesso punível;
- Considerações gerais;
- Conceito e espécies;
- Excesso intensivo e excesso extensivo;
- O excesso na legítima defesa;
- Quesitos sobre o excesso;
- O excesso no estado de necessidade;
- Perguntas.
- Culpabilidade;
- Introdução;
- Fundamento da Culpabilidade;
- Conceito de Culpabilidade;
- Teoria Psicológica da Culpabilidade;
- Teoria Normativa da Culpabilidade ou Psicológico Normativa;
- Teoria Normativa pura da Culpabilidade ou Extrema ou estrita;
- Teoria Limitada da Culpabilidade;
- Princípio da Culpabilidade;
- Culpabilidade de Ato e de Autor;
- Coculpabilidade;
- Da Imputabilidade;
- Conceito;
- Fundamento da Imputabilidade;
- Imputabilidade e responsabilidade;
- Imputabilidade e Capacidade;
- Causas de Exclusão da Imputabilidade;
- Sistemas de Apuração da Imputabilidade;
- Momento de Aferição da Imputabilidade;
- Menoridade Penal;
- Inimputabilidade por Doença Mental ou Desenvolvimento Mental Incompleto ou Retardado;
- Inimputabilidade por Doença Mental;
- Inimputabilidade por Desenvolvimento Mental Retardado;
- Inimputabilidade por Desenvolvimento Mental Incompleto;
- Efeitos da Inimputabilidade;
- Imputabilidade Diminuída ou Restrita;
- O Sistema Biopsicológico;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Concurso de Pessoas;
- Introdução;
- Concurso Necessário e Eventual;
- Autoria;
- Formas de Concurso de Agentes;
- Autoria Mediata;
- Requisitos do Concurso de Pessoas;
- Teorias da Acessoriedade;

- Punibilidade;
- Da Cooperação Dolosa Distinta ou Desvios;
- Subjetivos entre os Agentes
- Participação Impunível;
- Autoria Colateral;
- Autoria Incerta;
- Comunicabilidade das elementares e Circunstâncias;
- Crime Próprio;
- Casos de Inadmissibilidade da Coautoria;
- Perguntas.
- Da Embriaguez;
- Conceito;
- Alcoolismo Agudo e Alcoolismo Crônico;
- Fases da Embriaguez;
- Classificação de Embriaguez;
- A Situação da Embriaguez Perante o Código Penal;
- “ACTIO LIBERA IN CAUSA”;
- Embriaguez Acidental;
- Prova de Embriaguez;
- A Emoção e a Paixão;
- Conceito;
- Espécies;
- Efeitos;
- Outros Efeitos;
- Emoção ou Paixão Patológica;
- Potencial Consciência da Illicitude;
- Introdução;
- Objetivo da Consciência da Illicitude;
- Erro de Proibição;
- Introdução;
- Diferença entre erro de proibição e ignorância da Lei;
- Conceito de erro de Proibição;
- Distinção entre erro de tipo e erro de proibição;
- Erro de proibição escusável e inescusável;
- Espécie de erro de proibição;
- Discriminantes ou Eximentes Putativas;
- Erro de proibição e delito putativo por erro de proibição;
- O erro de tipo que recai sobre a ilicitude;
- Erro de Compreensão;
- Exigibilidade de Conduta Diversa;
- Causas Supralegais de Exclusão da Culpabilidade;
- Coação Moral Irresistível;
- Conceito e Espécies de Coação;
- Fundamento;
- Requisitos;
- Efeitos;
- Entorpecentes e sugestão Hipnótica;

- Temor Reverencial;
- Diferença entre Estado de Necessidade e Coação Moral Irresistível;
- Obediência Hierárquica;
- Conceito;
- Fundamento;
- Natureza Jurídica;
- Requisitos da Ordem Legal;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Sanção Penal;
- Conceito e Espécies;
- O Princípio da Intervenção Mínima ou da Necessidade;
- O princípio da alteridade ou transcendentalidade;
- Das penas - conceito;
- Teorias;
- A Moderna Visão do Caráter Preventivo das Penas;
- Fundamento da Pena;
- Finalidades da Pena;
- Princípios ou Caracteres da Pena;
- Classificação das Penas;
- Classificação Doutrinária;
- Classificação Constitucional das Penas;
- Classificação das Penas de Acordo com o Código Penal;
- Classificação das Penas Quanto à sua Aplicabilidade;
- Da Pena Privativa de Liberdade;
- Conceito e Espécies;
- Regimes ou Sistemas Penitenciários;
- Fixação do Regime Inicial da Pena;
- Pena de Reclusão;
- Pena de Detenção;
- O Réu Reincidente;
- Pena de Prisão Simples;
- Pluralidade de Crimes;
- Distinção entre as Penas de Reclusão e de Detenção;
- Delitos de Regime Fechado;
- Características dos Regimes;
- Remição;
- Progressão de Regimes;
- Execução Provisória;
- Regressão;
- Regime Disciplinar Diferenciado (RDD);
- Origem Histórica;
- Características;
- O Regime Disciplinar Diferenciado Preventivo;
- Fatos Autorizadores do Ingresso no RDD;
- Natureza Jurídica;

- Procedimento;
- Detração;
- Superveniência de Doença Mental;
- Regime Especial;
- Direitos dos Presos;
- Perguntas.
- Penas Restritivas de Direito;
- Conceito e Espécies;
- Critérios para Aplicação;
- Momento da Substituição;
- Conversão;
- Prestação Pecuniária;
- Perda de Bens e Valores;
- Prestação de Serviços a Comunidade ou a Entidades Públicas;
- Limitação de Fim de Semana;
- Interdição Temporária de Direitos;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Da Pena de Multa;
- Conceito;
- A Aplicação da Pena de Multa;
- Pagamento da Multa;
- Suspensão da Execução da Multa;
- Multa Substitutiva ou Vicariante;
- Das Medidas de Segurança;
- Introdução;
- Princípios;
- Pressupostos de Aplicação;
- Periculosidade. Conceito e Espécies;
- Espécies de Medidas de Segurança;
- Imposição de Medida de Segurança;
- Execução da Medida de Segurança;
- Superveniência de Doença Mental;
- Da Cominação das Penas;
- Generalidades;
- Aplicação da Pena;
- Conceito e Pressupostos;
- Elementares e Circunstâncias;
- Classificação das Circunstâncias;
- Diferenças entre Agravantes Genéricas e Causas de Aumento de Pena;
- Diferenças entre Atenuantes Genéricas e Causas de Diminuição de Penas;
- Diferenças entre Causas de Aumento de Penas e Qualificadoras;
- A Técnica de Aplicação da Pena;
- A Fixação da Pena-Base.
- Circunstâncias Agravantes;

- Motivo Fútil Ou Torpe;
- Crime Cometido Para Facilitar Ou Assegurar A Execução, A Ocultação, A Impunidade Ou A Vantagem De Outro Crime;
- Traição, Emboscada, Dissimulação Ou Outro Recurso Que Dificulta Ou Torna Impossível A Defesa Da Vítima;
- Emprego De Veneno, Fogo, Explosivo, Tortura Ou Outro Meio Insidioso Ou Cruel, Ou De Que Possa Resultar Perigo Comum;
- Crime Cometido Contra Ascendente, Descendente, Irmão Ou Cônjuge;
- Abuso De Autoridade E Relações Domésticas;
- Abuso De Poder;
- Criança, Idoso, Enfermo Ou Mulher Grávida;
- Proteção Da Autoridade;
- Calamidade Pública Ou Desgraça Particular;
- Embriaguez Preordenada.
- Circunstâncias Atenuantes;
- Menor de 21 Anos e Maior de 70 Anos;
- Desconhecimento da Lei;
- Motivo de Relevante Valor Moral ou Social;
- Arrependimento ou Reparação do Dano;
- Coação Resistível, Obediência Hierárquica e Violenta Emoção;
- Confissão Espontânea;
- Multidão em Tumulto;
- Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes;
- Causas de Aumento Majorantes e de Diminuição ou Minorantes de Penas;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Reincidência;
- Conceito e Pressuposto;
- Efeitos da Reincidência;
- Espécies;
- Crimes Militares e Políticos;
- A Duração da Condenação Anterior para Efeito de Reincidência;
- Primário, Reincidente e Tecnicamente Primário.
- Concurso de Crimes;
- Conceito;
- Espécies;
- Sistemas de Aplicação da Pena;
- Concurso Material;
- Concurso Formal;
- Crime Continuado;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Pressupostos;
- Pluralidade de Conduas;
- Pluralidade de Crimes da Mesma Espécie;
- Conexão Temporal;

- Conexão Espacial;
- Conexão Modal;
- Conexão Ocasional;
- Espécies de Crime Continuado;
- Regras Especiais;
- O Momento da Unificação;
- Consumação e Tentativa;
- Multas no Concurso de Crimes;
- Limite das Penas;
- Concurso de Crimes e Contravenção;
- Concurso de Crimes e Transação Penal;
- Suspensão Condicional da Pena;
- Introdução;
- Sistemas;
- Conceito e Natureza Jurídica;
- Espécies;
- Momento da Concessão do “Sursis”;
- Requisitos;
- Condições;
- Período de Prova;
- Fiscalização do “Sursis”;
- Revogação;
- Cassação;
- “SURSIS” Sucessivos e Simultâneos;
- Prorrogação do Período de Prova;
- Extinção da Pena;
- Coisa Julgada;
- O “Sursis” ao Estrangeiro;
- O “Sursis” e os Direitos Políticos;
- Suspensão Condicional do Processo.
- Livramento Condicional;
- Conceito;
- Requisitos;
- Processamento do Pedido de Livramento;
- Período de Prova e Condições;
- Revogação Obrigatória do Livramento – art. 86;
- Revogação Facultativa – art. 87;
- Prorrogação do Período de Prova e Suspensão do Livramento Condicional;
- Extinção da Pena;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Efeitos da Condenação,
- Conceito de Condenação;
- Classificação dos efeitos da condenação;
- Efeitos principais;
- Efeitos secundários;

- Efeitos penais e secundários;
- A reparação civil do Dano;
- Confisco;
- Perda de Cargo, Função Pública ou Mandato Eletivo;
- Incapacidade para o exercício do Poder familiar, tutela ou curatela;
- Inabilitação para dirigir veículo;
- Reabilitação;
- Conceito;
- A reabilitação e o sigilo das condenações;
- A reabilitação e os efeitos secundários da Condenação;
- Requisitos;
- Processamento da reabilitação;
- A reabilitação e a reincidência;
- Conceito de Punibilidade;
- Rol do Art. 107 do CP;
- Efeitos;
- Crimes Acessórios, Complexos e Conexos;
- Morte do Agente;
- Generalidade;
- Prova;
- Revisão Criminal;
- Da Anistia, Graça e Indulto;
- Generalidades;
- Anistia;
- Indulto e Graça.
- Perdão Judicial;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Efeitos;
- Distinção entre Perdão Judicial e Escusa Absolutória;
- Distinção entre Perdão Judicial e Perdão do Ofendido;
- Retratação do Agente;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Oportunidade;
- Requisitos;
- Renúncia e Perdão;
- Renúncia;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Oportunidade;
- Espécies;
- Extensão;
- Perdão do Ofendido;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Oportunidade;

- Espécies;
- Extensão.
- Decadência;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Prazos decadenciais;
- Contagem do Prazo;
- Titularidade do Direito de Queixa ou representação;
- Perempção;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Causas de perempção;
- Prescrição;
- Conceito;
- Fundamento;
- Delitos imprescritíveis;
- Espécies de Prescrição;
- Natureza jurídica;
- Efeitos;
- A posição da prescrição na teoria Geral do Direito;
- Distinção entre prescrição e decadência;
- Prescrição da Pretensão Punitiva Propriamente dita ou Prescrição da Ação;
- Forma de Contagem;
- Termo Inicial;
- Períodos Prescricionais;
- Impedimento e Suspensão da Prescrição;
- Interrupção da prescrição;
- Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva;
- Prescrição da Pretensão Executória ou Prescrição da Condenação;
- Forma de Contagem;
- Termo Inicial;
- Interrupção da Prescrição – Executória (art. 117, V e VI DO CP);
- Incomunicabilidade da Interrupção;
- Causa Impeditiva da Prescrição Executória;
- A Superveniência de Doença Mental;
- Prescrição superveniente ou intercorrente;
- Forma de contagem;
- Termo inicial;
- Modos de ocorrência;
- Prescrição retroativa;
- Forma de contagem;
- Termos iniciais;
- Pressuposto;
- Momento da decretação;
- Prescrição Antecipada ou Virtual ou Retroativa em Perspectiva.

- A prescrição da pena de multa;
- Prescrição punitiva propriamente dita;
- Prescrição executória, superveniente e retroativa;
- Causas suspensivas e interruptivas;
- Prescrição no concurso de crimes;
- Prescrição e medida de segurança;
- A prescrição nos crimes falimentares;
- Perguntas.

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL
PROF. FLÁVIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS
MÓDULO IX

- Crimes Contra a Administração Pública;
- Introdução;
- Objetividade Jurídica;
- Sistema de Classificação;
- Conceito de Funcionário Público;
- Dispositivos Legais;
- Conceito;
- Equiparação (§1º);
- Causa de Aumento de Pena (§2º);
- Conclusão;
- Peculato;
- Dispositivos Legais;
- Peculato Culposo;
- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeitos do Delito;
- Consumação e Tentativa;
- Peculato-Furto;
- Peculato Culposo;
- Extinção de Punibilidade;
- Peculato Mediante Erro de Outrem;
- Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informação;
- Modificação ou Alteração não Autorizada de Sistema de Informações.
- Extravio, sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento (art. 314 do CP)
- Objeto Material;
- Sujeito Ativo;
- Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas;
- Sujeito Ativo;
- Concussão;
- Dispositivos Legais;
- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeito do Delito;
- Consumação e Tentativa;

- Excesso de Exação;
- Corrupção Passiva;
- Dispositivos Legais;
- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeitos do Delito;
- Consumação e Tentativa;
- Aumento de Pena;
- Forma Privilegiada;
- Facilitação de Contrabando e Descaminho;
- Consumação;
- Tentativa;
- Prevaricação;
- Dispositivos Legais;
- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo;
- Tipo Subjetivo;
- Sujeitos do Delito;
- Consumação e Tentativa;
- Prevaricação Específica;
- Dispositivos Legais;
- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeitos do Delito;
- Consumação e Tentativa;
- Condescendência Criminosa;
- Sujeito Ativo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Advocacia Administrativa;
- Sujeito Ativo;
- Consumação;
- Abandono de Função;
- Conceito;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito Ativo;
- Sujeito Passivo;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Normativo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Formas Qualificadas;
- Exercício Funcional Ilegal Antecipado ou Prolongado;
- Sujeito Ativo;
- Violação de Sigilo Funcional;
- Consumação;

- Violação do Sigilo de Proposta de Concorrência;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Resistência;
- Dispositivos Legais;
- Conceito de Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeitos do Delito;
- Consumação e Tentativa;
- Concurso de Crimes;
- Desobediência;
- Dispositivos Legais;
- Conceito de Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeitos do Delito;
- Consumação e Tentativa.
- Desacato;
- Dispositivos Legais;
- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeito do Delito;
- Consumação e Tentativa;
- Concurso de Crimes;
- Corrupção Ativa;
- Dispositivos Legais;
- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeitos do Delito;
- Consumação e Tentativa;
- Aumento de Pena;
- Contrabando ou descaminha;
- Conceito;
- Distinção entre Contrabando e Descaminho;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito Ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação e Tentativa;
- Figuras Equiparadas ao Contrabando ou Descaminho;
- Causas de Aumento de Pena;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Denúncia Caluniosa – Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção - Auto – acusação falsa;
- Dispositivos Legais;

- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeitos do Delito;
- Consumação, Tentativa e Retratação;
- Forma Majorada;
- Forma Minorada;
- Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção;
- Auto – Acusação Falsa;
- Pena e Ação Penal;
- Distinção e Concurso de Crimes.
- Falso Testemunho ou Falsa Perícia;
- Dispositivos Legais;
- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e Tipo Subjetivo;
- Sujeito do Delito;
- Consumação, Tentativa e Retratação;
- Forma Majorada;
- Ação Penal;
- Corrupção do Testemunho ou Perito.
- Favorecimento pessoal e real;
- Dispositivos legais;
- Conceito e objetividade jurídica;
- Tipo objetivo e tipo subjetivo;
- Sujeitos do delito;
- Consumação e tentativa;
- Forma privilegiada;
- Escusa absolutória;
- Favorecimento real;
- Pena e ação penal;
- Exercício Arbitrário das Próprias Razões;
- Conceito e Objetividade Jurídica;
- Tipo Objetivo e tipo subjetivo;
- Sujeitos do Delito;
- Consumação e Tentativa;
- Pena e Ação Penal;
- Subtração, supressão ou Dano a Coisa Própria na Posse Legal de Terceiro;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Associação Criminosa;
- Conceito;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito Ativo;
- Sujeito Passivo;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;

- Consumação e Tentativa;
- Forma Qualificada;
- Concurso de Crimes;
- Tipos Especiais de Associação Criminosa;
- Organização Criminosa;
- Moeda Falsa;
- Conceito;
- Sujeito Ativo;
- Objetividade Jurídica;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Competência;
- Crime de Circulação de moeda Falsa;
- Conceito;
- Sujeito Ativo;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito Passivo;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Circulação de Moeda Falsa Recebida de Boa-fé;
- Falsidade Ideológica da Moeda;
- Conceito;
- Sujeito Ativo;
- Objetividade Jurídica;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação e Tentativa;
- Desvio ou circulação de moeda;
- Conceito;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito do Delito;
- Elementos Objetivos e Normativos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação e Tentativa;
- Falsidade Documental;
- Introdução;
- Teoria Geral dos Crimes de Falso;
- Alteração da Verdade;
- Imitação da Verdade;
- Dano;
- Dolo;
- Modalidades de Falsidade;
- Distinção entre Falsidade material e Ideológica;

- Conceito de Documento;
- Forma Escrita;
- Existência de Autor Determinado;
- Conteúdo;
- Relevância Jurídica;
- Documento Genuíno e Verdídico;
- Documento Público e Documento Particular;
- Documento Público por Equiparação Legal;
- Falsidade Material de documento Público e Particular;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Bem Jurídico;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Concurso entre o Crime de Falso e Estelionato;
- Falsidade Material Documental Previdenciária;
- Falsidade Ideológica;
- Conceito;
- Sujeito Ativo;
- Bem Jurídico;
- Sujeito Passivo;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- A questão do abuso do papel assinado em branco;
- Simulação;
- Falsidade Ideológica no Registro Civil;
- Uso de Documento Falso;
- Conceito;
- Sujeito Ativo;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito passivo;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Falsa Identidade;
- Conceito;
- Sujeito Ativo;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito passivo;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;

- Tentativa;
- Questões.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROF. ROSANE CIMA CAMPIOTTO

MÓDULO I

- Introdução;
- Direito de Punir;
- Lide Penal;
- Forma de Composição da Lide – O Processo Penal;
- Fontes do Direito Processual Penal;
- Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço;
- Princípios do Direito Processual Penal;
- Do Inquérito Policial;
- Conceito e Finalidade;
- Destinatários;
- Polícia Judiciária;
- Características do Inquérito Policial;
- Dispensabilidade do Inquérito Policial
- Valor Probatório
- Vícios do Inquérito Policial
- Prazo do Inquérito Policial
- “NOTITIA CRIMINIS “;
- Incomunicabilidade no Inquérito Policial;
- Instauração do Inquérito Policial.
- Procedimento do Inquérito Policial;
- Ocorrências Possíveis após o Encerramento do Inquérito Policial;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Da Ação Penal;
- Conceito;
- Características;
- Espécies de Ação Penal;
- Condições da Ação Penal;
- Da Ação Penal Pública;
- Titularidade;
- Princípios da Ação Penal Pública;
- Ação Penal Pública Condicionada.
- Representação do Ofendido ou de Seu Representante Legal;
- Requisição do Ministro da Justiça;
- Da Ação Penal Privada;
- Espécies de Ação Privada;
- Titularidade;
- Princípios da Ação Privada;
- Atuação do Ministério Público nas Ações Penais Privadas;
- Prazos da Ação Penal Privada.

- Da Denúncia;
- Requisitos da Denúncia.
- Prazo da Denúncia;
- Aditamento da Denúncia;
- Diligências.
- Da Queixa;
- Requisitos da Queixa;
- Aditamento da Queixa;
- Ação Civil exdelicto;
- Sistema de Reparação;
- Efeitos da Sentença Absolutória;
- Legitimação;
- Competência;
- Questões e Processos Incidentes;
- Questões Prejudiciais;
- Restituição de Coisa Apreendida;
- Restituição pela Autoridade Policial;
- Restituição pelo Juiz;
- Incidente de Falsidade Documental;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Exceções;
- Conceito;
- Espécies;
- Exceção de Suspeição (EXCEPTIO SUSPICIONIS);
- Processamento da Exceção de Suspeição;
- Exceção de Incompetência (EXCEPTIO INCOMPETENTIAE);
- Exceção de Litispendência (EXCEPTIO LITISPENDENTIAE);
- Exceção de ilegitimidade da parte (EXCEPTIO ILLEGITIMITATIS);
- Exceção de Coisa Julgada (EXCEPTIO REI JUDICATAE);
- Incompatibilidade e Impedimentos;
- Medidas assecuratórias;
- Sequestro;
- Hipoteca Legal;
- Arresto;
- Incidente de Insanidade Mental do Acusado;
- Perguntas.
- Jurisdição;
- Conceito;
- Características e Classificação da Jurisdição;
- Princípios da Jurisdição;
- Competência;
- Competência em Razão da Natureza da Infração (RATIONE MATERIAE);
- Competência da Justiça Eleitoral;
- Competência da Justiça Militar Federal;
- Competência da Justiça Militar Estadual;

- Competência da Justiça Comum Federal;
- Competência da Justiça Comum Estadual;
- Competência dos Juizados Especiais Criminais;
- Competência;
- Competência Territorial ou Competência de Foro (RATIONE LOCI);
- Regra Principal – Lugar da Infração;
- Regra Subsidiária – Domicílio ou Residência do Réu;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Competência;
- Competência por Prerrogativa de Função (RATIONE PERSONAE);
- Competência por Prevenção;
- Competência por Distribuição;
- Conexão;
- Continência;
- Foro Prevalente nos casos de conexão ou continência;
- Hipóteses de separação Obrigatória;
- Hipóteses de separação Facultativa;
- Perpetuação da Competência;
- Avocação de Processos;
- Competência Absoluta e Relativa;
- Prorrogação de Competência;
- Delegação de Competência;
- Conflito de Jurisdição;
- Espécies de Conflito;
- Processamento;
- Competência para julgamento do conflito;
- Perguntas.
- Teoria Geral da Prova;
- Conceito de Prova;
- Objeto da Prova;
- Classificação das Provas;
- Meios de Prova;
- A Inadmissibilidade das Provas Obtidas por Meios Ilícitos;
- Ônus da Prova (“*ONUS PROBANDI*”);
- Princípios da Prova;
- Sistema de Apreciação da Prova;
- Prova Emprestada;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Do Interrogatório;
- Conceito e Natureza Jurídica;
- Características do Interrogatório;
- Procedimento do Interrogatório;
- Direito ao Silêncio do Réu;

- Confissão;
- Conceito e Natureza Jurídica;
- Espécies de Confissão;
- Características;
- Confissão Ficta;
- Valor Probatório da Confissão;
- Confissão Delatória.
- Declarações do Ofendido;
- Conceito e Natureza Jurídica;
- Valor Probatório;
- Procedimento das Declarações;
- Prova Testemunhal;
- Conceito de Testemunha;
- Características da Prova Testemunhal;
- Dispensas e Proibições;
- Classificação das Testemunhas;
- Deveres da Testemunha;
- Número de Testemunhas;
- Lugar do Depoimento;
- Contradita e Arguição de Defeito;
- Sistemas de Inquirição;
- Valor Probatório do Depoimento da Testemunha.
- Reconhecimento de Pessoas ou Coisas;
- Conceito e Natureza Jurídica;
- Procedimento do Reconhecimento de Pessoas;
- Procedimento do Reconhecimento de Coisas;
- Valor Probatório do Reconhecimento de Pessoas ou Coisas;
- Acareação;
- Conceito e Natureza Jurídica;
- Pressupostos;
- Procedimento;
- Valor Probatório;
- Prova Documental;
- Conceito;
- Espécies de Documentos;
- Requisitos da Prova Documental;
- Produção da Prova Documental;
- Tradução;
- Restituição do Documento;
- Busca e Apreensão;
- Conceito e Natureza Jurídica;
- Iniciativa;
- Modalidades de Busca;
- Objeto da Busca e Apreensão;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Prisão;

- Conceito e Espécies;
- Prisão Processual e Procedimento Relativos ao Mandado De Prisão;
- Prisão Especial;
- Prisão Provisória Domiciliar;
- Prisão de Eleitor.
- Prisão em Flagrante;
- Conceito e Hipóteses Legais de Prisão em Flagrante;
- Espécies de Flagrante;
- Flagrante em Crime Permanente;
- Flagrante em Crime Habitual;
- Flagrante em Crime de Ação Privada;
- Flagrante em Crime Continuado.
- Sujeito do Flagrante;
- Auto de Prisão em Flagrante;
- Prisão Preventiva;
- Requisitos da Prisão Preventiva;
- Prisão Preventiva Decretada em Razão do Descumprimento de Obrigações Decorrentes de Anterior Medida Cautelar Imposta;
- Espécies de Prisão Preventiva;
- Decretação da Prisão Preventiva;
- Prisão Temporária;
- Conceito e Previsão Legal;
- Prazo;
- Fundamentos da Prisão Temporária;
- Procedimento Da Prisão Temporária;
- Medidas Cautelares Pessoais;
- Conceito De Medidas Cautelares;
- Pressupostos Legais Para Aplicação Das Medidas Cautelares;
- Descumprimento Da Medida Cautelar Diversa Da Prisão;
- Revogação, Substituição E Redecretação Da Medida Cautelar;
- Medidas Cautelares Diversas Da Prisão;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Liberdade Provisória
- Conceito e Espécies
- Liberdade Provisória sem Fiança
- Liberdade Provisória com Fiança
- Dos Fatos e Atos Processuais;
- Atos das Partes;
- Atos dos Juízes;
- Atos dos Auxiliares da Justiça;
- Atos de terceiros;
- Classificação dos Atos Processuais;
- Termos;
- Da Sentença;
- Conceito e Classificação dos Atos jurisdicionais;
- Conceito de Sentença e Classificação quanto ao Órgão Prolator;

- Requisitos Formais da Sentença;
- Forma da Sentença;
- Embargos Declaratórios de Sentença;
- Efeitos da Sentença;
- Princípio da Correlação;
- Emendatio Libelli;
- Mutatio Libelli;
- Publicação da Sentença;
- Intimação da Sentença;
- Coisa Julgada;
- Sentença Absolutória e seus Efeitos;
- Sentença Condenatória e seus Efeitos;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Sujeitos Processuais;
- Juiz;
- Partes;
- Ministério Público;
- Acusado;
- Defensor;
- Assistente de Acusação;
- Auxiliares da Justiça;
- Perguntas.
- Citação;
- Conceito e Finalidade;
- Espécies de Citação;
- Citação Real;
- Citação Ficta;
- Revelia;
- Consequências do Não Comparecimento do Réu Citado por Edital;
- Notificação e Intimação;
- Conceito;
- Procedimento;
- Regras Especiais;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Processo e Procedimento;
- Espécies de Procedimento;
- Procedimento Comum ou Ordinário;
- Etapas do Rito Ordinário;
- Perguntas.
- Tribunal do Júri;
- Introdução;
- Princípios do Tribunal do Júri;
- Características;
- Alistamento dos Jurados e Organização da Pauta;

- Sorteio e Convocação dos Jurados;
- Requisitos para ser jurado, funções e vantagens dos Jurados;
- Procedimento do Tribunal do Júri;
- Etapas da 1ª Fase: *judicium accusationis* ou sumário de culpa;
- Decisões Possíveis ao final da 1ª fase do Rito do Júri;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Das nulidades;
- Conceito e natureza jurídica;
- Classificação das nulidades;
- Ato inexistente;
- Nulidade absoluta;
- Nulidade relativa;
- Irregularidade;
- Diferenças entre nulidade absoluta e nulidade relativa;
- Princípios aplicáveis às nulidades;
- Nulidades em espécie;
- Perguntas.
- Procedimento do Tribunal do Júri;
- Etapas da 2ª fase: *judicium causae* (*juízo da causa ou juízo de julgamento*);
- Desaforamento (artigos 427 e 428 do CPP);
- Conceito;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Nulidades (continuação);
- Teoria Geral dos Recursos;
- Classificação dos Recursos quanto à iniciativa;
- Pressupostos recursais;
- Pressupostos Objetivos;
- Pressupostos Subjetivos;
- Recurso em Sentido Estrito;
- Hipótese de Cabimento;
- Prazo;
- Procedimento;
- Efeitos;
- Apelação;
- Hipóteses de cabimento;
- Prazo da apelação;
- Processamento;
- Efeitos;
- Embargos Declaratórios;
- Conceito e Hipóteses de Cabimento;
- Natureza Jurídica;
- Prazo e Efeitos dos Embargos Declaratórios;
- Legitimidade;

- Perguntas.

MÓDULO XII

- Embargos Infringentes e de Nulidade;
- Prazo e Cabimento;
- Processamento;
- Carta Testemunhável;
- Natureza Jurídica;
- Prazo e Processamento;
- Recurso Extraordinário;
- Conceito e Hipóteses de Cabimento;
- Requisitos de Admissibilidade;
- Legitimidade;
- Prazo e Processamento;
- Efeitos;
- Recurso Especial;
- Conceito e Hipóteses de Cabimento;
- Requisitos de Admissibilidade;
- Legitimidade;
- Prazo e Processamento;
- Efeitos;
- Recurso Ordinário Constitucional;
- Correição Parcial;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Legitimidade;
- Prazo e Processamento;
- Revisão Criminal;
- Conceito;
- Natureza Jurídica;
- Legitimidade;
- Prazo;
- Hipóteses de Cabimento;
- Admissibilidade;
- Competência;
- Processamento;
- Habeas Corpus;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Espécies;
- Legitimidade ativa (impetrante);
- Legitimidade passiva (impetrado);
- Inadmissibilidade;
- Cabimento;
- Competência;
- Processamento;
- Julgamento e efeitos;

- Recursos;
- Mandado de segurança em matéria penal;
- Conceito e natureza jurídica;
- Legitimidade ativa e passiva;
- Cabimento;
- Competência;
- Prazo;
- Processamento;
- Perguntas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS

MÓDULO I

- Constitucionalismo;
- Conceito de Constituição;
- Elementos da Constituição;
- Classificação das Constituições;
- Perguntas.

MÓDULO II

- Poder Constituinte;
- Poder Constituinte Originário;
- Poder Constituinte Derivado;
- Poder Constituinte Derivado Decorrente;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Hermenêutica Constitucional;
- Validade das Normas Constitucionais;
- Vigência das Normas Constitucionais;
- Aplicabilidade das Normas Constitucionais;
- Interpretação das Normas Constitucionais;
- Integração das Normas Constitucionais;
- Principais Mecanismos de Integração Constitucional;
- Tipo de Inconstitucionalidade;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Controle de Constitucionalidade;
- Aspectos Iniciais de Controle da Constitucionalidade;
- Forma de Controle;
- Sistemas de Controle;
- Controle Judicial de Constitucionalidade no Brasil;
- Histórico do Controle Judicial no Brasil;
- Constituição de 1824;
- Constituição de 1934;

- Constituição de 1937;
- Constituição de 1946;
- Constituição de 1967 – Emenda de 1969;
- Controle Difuso;
- Órgão Especial;
- Situações em que a Reserva de Plenário é Dispensada;
- Atuação do STF no Controle Difuso;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Controle de Constitucionalidade;
- Súmula Vinculante;
- Controle Abstrato;
- Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN);
- Legitimidade Ativa;
- Objeto de Discussão;
- Não pode ser objeto de ADIN;
- Procedimento Relativo à medida liminar;
- Procedimento da ADIN em Relação ao Mérito;
- Julgamentos e Efeitos da Decisão de Mérito da ADIN;
- Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADECON);
- Legitimidade Ativa;
- Liminar;
- Procedimento da ADECON em Relação ao Mérito;
- Julgamento e efeitos da decisão de mérito da ADECON;
- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF;
- Legitimidade Ativa;
- Objeto de Proteção;
- Objeto de Discussão;
- Procedimento;
- Controle de Constitucionalidade e Proteção à Constituição Estadual;
- Inconstitucional por Omissão;
- Controle Concentrado;
- Legitimidade Ativa da ADIN por Omissão;
- Efeitos da Liminar;
- Procedimento quanto ao mérito;
- Efeitos da Decisão de Mérito;
- Controle Difuso;
- Finalidade do Mandado de Injunção;
- Legitimidade Ativa;
- Legitimidade Passiva;
- Procedimento;
- Efeitos da Decisão Judicial;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Da Organização do Estado;
- Classificação

- Características Básicas da Federação;
- Organização do Estado na Constituição Brasileira;
- Distinção Entre Distrito Federal e Território;
- Formação do Estado;
- Incorporação;
- Subdivisão de Estados;
- Desmembramento;
- Requisitos;
- Formação de municípios;
- Requisitos;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Organização do estado;
- Repartição dos Poderes;
- Repartição das Competências;
- Intervenção Federal;
- Pressupostos Materiais da Intervenção Federal;
- Hipóteses de Cabimento da Intervenção;
- 1º Grupo – Hipóteses que visam a defesa da soberania nacional (inciso I e 1ª parte do inciso II do Art. 34 da CF);
- 2º Grupo – Hipóteses que visam a defesa do princípio federativo (inciso II 2ª parte, inciso III e inciso IV do artigo 34, CF);
- 3º Grupo – Hipóteses que visam a defesa das finanças dos entes da Federação (inciso V, alíneas “a” e “b” do art. 34, CF);
- 4º Grupo – Hipóteses que visam a defesa da Constituição e seus princípios (incisos VI e VII do art. 34, CF);
- Pressupostos Formais da Intervenção Federal;
- Intervenção Estadual;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Organização dos Poderes;
- Poder Legislativo Federal;
- Poder Legislativo Federa;
- Congresso Nacional;
- Fundamentos do Bicameralismo;
- Sistema Proporcional;
- Sistema Majoritário;
- Atribuições do poder Legislativo;
- Criação de CPI;
- Composição de CPI;
- Prazo de Funcionamento da CPI;
- Publicidade da CPI;
- Objeto de Investigação de CPI;
- Poderes da CPI;
- Sujeitam-se a *Impeachment*;
- Procedimento do *Impeachment*;
- Penas que podem ser impostas pelo Senado;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Estatuto dos Parlamentares;
- Imunidades dos membros do Congresso nacional;
- Modalidades de Imunidades;
- Funcionamento da Imunidade Material;
- Incompatibilidades dos Parlamentares;
- Cassação do Mandato;
- Hipóteses de Cassação;
- Perda do mandato por extinção;
- Hipóteses de Extinção do Mandato;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Espécies Normativas e Processo Legislativo;
- Emenda à Constituição;
- Lei Complementar e Lei Ordinária;
- Lei Delegada;
- Medida Provisória (art. 62 CF, com redação dada pela EC/32, promulgada em 11 de setembro de 2001);
- Decreto Legislativo;
- Resolução;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Poder Executivo Federal;
- Substituição e a Sucessão do Presidente da República;
- Substituição;
- Sucessão;
- Competência do Presidente da República;
- Prerrogativas do Presidente da República;
- Poder Judiciário;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Direitos Individuais na Constituição de 1988;
- Direito à Vida;
- Direito à Propriedade;
- Direito à Igualdade;
- Direito à Liberdade;
- Direito à Segurança;
- Nacionalidade;
- Naturalização;
- “Quase Naturalidade”;
- Distinção entre Brasileiros Natos e Naturalizados;
- Perda da Nacionalidade;
- Remédios constitucionais;
- Mandado de Segurança;
- Habeas data;
- Mandado de Injunção;

- Ação Popular.
- Perguntas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROFA. CRISTINA MEDINA MOGIONI

MÓDULO I

- O Direito Administrativo;
- Conceito;
- Administração Pública;
- O Sentido do Vocábulo “Administrar”;
- O Sentido da Expressão “Administração Pública”;
- Características das Funções Legislativa, Judiciária e Executiva;
- Características da Função Legislativa;
- Características da Função Jurisdicional;
- Características da Função Administrativa.
- Administração Pública em Sentido Subjetivo;
- As Pessoas Jurídicas;
- As Pessoas Políticas;
- Autarquias;
- Fundações Criadas e Instituídas pelo Poder Público;
- Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- Diferença entre as Empresas Pública e as Sociedades de Economia Mista;
- Terceiro Setor;
- Os órgãos Públicos;
- Classificação dos Órgãos Públicos;
- Os Agentes Públicos;
- Perguntas.

MÓDULO II

- O Regime Jurídico Administrativo;
- O Regime Jurídico e o Regime Jurídico Privado na Administração Pública;
- Princípios da Administração Pública;
- Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular;
- Princípio da Legalidade;
- Princípio da Presunção de Legitimidade e de Veracidade dos Atos Administrativos;
- Princípio da Impessoalidade;
- Princípio da Hierarquia;
- Princípio da Publicidade;
- Princípio da Eficiência;
- Princípio da Motivação;
- Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade;
- Princípio da Moralidade Administrativa;
- Princípio do Controle ou Tutela;

- Princípio da Autotutela;
- Princípio do Controle Judicial;
- Princípio da Celeridade;
- Poderes da Administração Pública;
- Poder Normativo;
- Poder Hierárquico;
- Poder Disciplinar;
- Perguntas.

MÓDULO III

- Poder de Polícia;
- Introdução;
- Conceito;
- Fundamento;
- Meios de Atuação;
- Características;
- Polícia Administrativa e Polícia Judiciária;
- Competência para a Adoção de Medidas de Polícia Administrativa;
- Delegação de Atos de Polícia Administrativa;
- Delegação do Poder de Polícia a Entidades da Administração Indireta;
- Limites ao Exercício do Poder de Polícia;
- Atos Administrativos;
- Conceito;
- Atributos;
- Presunção de Legitimidade e Veracidade;
- Imperatividade;
- Autoexecutoriedade;
- A Executoriedade só é possível ;
- Tipicidade;
- Perfeição, Validade e Eficácia;
- Elementos dos Atos Administrativos;
- Sujeito;
- Objeto;
- Forma;
- Motivo;
- Finalidade;
- Perguntas.

MÓDULO IV

- Discricionariedade e Vinculação;
- Hipóteses de Ocorrência de Discricionariedade;
- Controle de Legalidade e de Mérito;
- Extinção do Ato Administrativo;
- Anulação ou Invalidação;
- Conceito;
- Efeitos;
- Competência;
- Perguntas.

MÓDULO V

- Serviços Públicos;
- Introdução;
- Conceito;
- Elementos;
- O Elemento Subjetivo;
- O Elemento Formal;
- O Elemento Material;
- Princípios;
- O Princípio da Continuidade do Serviço Público;
- O Princípio da Igualdade dos Usuários;
- O princípio da Mutabilidade do Regime Jurídico;
- Classificação;
- Serviços Públicos Exclusivos e Não Exclusivos do Estado;
- Serviços UTI SINGULI e UTI UNIVERSI;
- Serviços Públicos (Propriamente Ditos) e Serviços de Utilidade Pública;
- Serviços Públicos Próprios e Serviços Públicos Impróprios;
- Serviços Administrativos, Comerciais ou Industriais e Sociais;
- Formas de Prestação de Serviços Públicos;
- A Descentralização do Serviço Público;
- Administração Indireta;
- Autarquias;
- Conceito e Características;
- Criação e Extinção;
- Controle ou Tutela;
- Responsabilidade das Autarquias;
- Classificação das Autarquias;
- Agências Reguladoras;
- A Questão mais Tormentosa Reside em Saber: em que Consiste o Poder Regulador de Tais Agências?
- Outra Indagação Refere-se ao Regime Especial a que se Sujeitam as Agências Reguladoras, afinal, em que Consiste tal Regime?
- Agências Executivas;
- As Associações Públicas;
- Perguntas.

MÓDULO VI

- Fundações Instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- Introdução: o substrato da Fundação;
- A Legislação Federal a respeito das Fundações;
- Debate Doutrinário quanto à natureza Jurídica das Fundações;
- Fundação de Direito Privado e de Direito Público;
- Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- Conceito de Empresa Pública;
- Conceito de Sociedade de Economia Mista;
- Quanto ao Capital;

- Quanto à forma Societária;
- Quanto ao Juízo Competente para apreciar os litígios que as envolvem;
- Espécies de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista: traços comuns;
- Criação e Extinção;
- Personalidade Jurídica de Direito Privado;
- Controle ou Tutela;
- Falência;
- Contratos e Licitações;
- Atos praticados pelas prestadoras de serviço Público;
- Responsabilidade das Empresas Estatais;
- Os agentes das empresas estatais;
- O Patrimônio das empresas estatais;
- A questão da imunidade tributária;
- Perguntas.

MÓDULO VII

- Entidades paraestatais e terceiro setor;
- Serviços Sociais Autônomos;
- Entidades de Apoio;
- Organizações Sociais;
- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- Servidores Públicos;
- Agente Público;
- Conceito;
- Classificação dos Agentes Públicos;
- Agentes Políticos;
- Servidores Públicos;
- Militares;
- Particulares em Colaboração com o Poder Público;
- Os servidores Públicos e sua relação com cargos, empregos e funções;
- Critério Norteador para escolha do regime de cargo e de emprego;
- Perguntas.

MÓDULO VIII

- Algumas Considerações sobre os cargos Públicos;
- Criação e Extinção;
- Classificação dos Cargos;
- Lotação dos Cargos e Redistribuição;
- Provimento;
- Provimento Originário;
- Provimento Derivado;
- Provimento em Comissão;
- Provimento Efetivo;
- Provimento Vitalício;
- Vacância;

- Normas Constitucionais Aplicáveis ao Servidor Público;
- Introdução;
- O Princípio da isonomia;
- Acessibilidade aos cargos, empregos e funções Públicas;
- Condições e Ingresso;
- Direito à livre Associação Sindical;
- Direito de Greve;
- Perguntas.

MÓDULO IX

- Sistema Remuneratório;
- Sistema do Subsídio;
- Sistema de Vencimento ou remuneração;
- Competência para fixação de vencimentos e subsídios;
- Normas Aplicáveis aos subsídios e às remunerações;
- Teto das remunerações e subsídios;
- Irredutibilidade de Remuneração e Subsídio;
- Proibição de Acumulação Remunerada de Cargos, empregos e Funções;
- Aposentadoria;
- Aposentadoria dos ocupantes de cargos efetivos;
- O cálculo dos Proventos da Aposentadoria;
- As pensões e os Proventos;
- Tratamentos Transitórios;
- Contribuição Previdenciária;
- O Abono de Permanência;
- Estabilidade;
- Perguntas.

MÓDULO X

- Responsabilidade do Servidor;
- A responsabilidade Administrativa;
- Prescrição;
- Responsabilidade Civil;
- Responsabilidade Penal;
- Comunicabilidade de Instâncias;
- Alguns Direitos Equivalentes aos dos Empregados;
- Licitação;
- Conceito;
- Objetivos da Licitação;
- Pessoas Obrigadas a Licitar;
- Legislação a Respeito de Licitação;
- Normas Gerais de Licitação;
- Princípios da Licitação;
- Legalidade e Procedimento Formal;
- Impessoalidade;
- Moralidade e Probidade Administrativa;
- Igualdade;

- Publicidade;
- Vinculação ao Instrumento Convocatório;
- Sigilo na Apresentação das Propostas;
- Julgamento Objetivo;
- Adjudicação Compulsória;
- Ampla Defesa;
- Perguntas.

MÓDULO XI

- Obrigatoriedade de Licitação;
- Inexigibilidade e Dispensa de Licitação;
- Inexigibilidade de Licitação;
- Dispensa de Licitação;
- Nota Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 927-3;
- Modalidades;
- Concorrência;
- Tomada de Preços;
- Convite;
- Comparação entre Concorrência, Tomada de Preços e Convite;
- Concurso;
- Leilão;
- Pregão;
- O Registro Cadastral;
- O Registro de Preços;
- Comissões de Licitação;
- Licitações Internas e Licitações Internacionais;
- Etapas Internas e Externas da Licitação.
- Etapa Externa da Licitação;
- Instauração ou Abertura;
- Impugnação do Edital;
- Habilitação;
- A Habilitação Jurídica;
- A Qualificação Técnica;
- A Qualificação Econômico-Financeira;
- A Regularidade Fiscal;
- Cumprimento do Disposto no Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- O Certificado de Registro Cadastral;
- A Pré-Qualificação;
- Classificação;
- Julgamento;
- Critérios de Desempate;
- Homologação e adjudicação.
- Anulação da Licitação;
- Revogação da Licitação;
- Recursos Administrativos;
- Crimes;
- Licitação deserta e Licitação Fracassada;

- Regime Diferenciado de Contratações Públicas;
- Perguntas.

MÓDULO XII

- Contratos administrativos;
- Atos unilaterais e bilaterais da administração;
- Os contratos administrativos;
- O conceito de contratos administrativos;
- Regime jurídico;
- Alteração unilateral do contrato;
- Rescisão unilateral;
- Fiscalização da execução do contrato;
- Aplicação de sanções ao contrato;
- Ocupação provisória de bens e pessoal vinculados ao objeto do contrato;
- Exigência de garantia;
- Restrições à invocação da “exceptio non adimpleti contractus”;
- Formalização, conteúdo e publicidade dos contratos;
- Duração e prorrogação do contrato;
- Execução dos contratos;
- Alguns aspectos da execução dos contratos;
- A fiscalização;
- A subcontratação;
- O recebimento do objeto;
- Inexecução dos contratos;
- Mutabilidade dos contratos;
- Consequências da inexecução do ajuste;
- Revisão do contrato;
- Rescisão do contrato;
- Rescisão administrativa;
- Rescisão unilateral por inadimplência do contrato;
- Rescisão unilateral por razões de interesse público;
- Rescisão amigável;
- Rescisão judicial;
- Rescisão de pleno direito;
- Principais contratos administrativos;
- Contrato de obra pública e contrato de prestação de serviço;
- Modalidades de execução indireta da obra ou do serviço;
- A empreitada;
- A tarefa;
- Contrato de fornecimento;
- Contrato de concessão;
- Contrato de concessão de serviço público;
- Concessão e permissão de serviço público;
- Contrato de concessão de obra pública;
- Contrato de concessão de uso de bem público;
- Contrato de concessão administrativa de uso;

- Contrato de concessão de direito real de uso de bem público;
- Contrato de concessão de uso especial para fins de moradia;
- Contrato de parceria público-privada;
- A licitação;
- As cláusulas contratuais;
- Normas aplicáveis à União;
- Convênios Administrativos;
- Consórcio administrativo;
- Os consórcios públicos;
- Restrições do Estado sobre a propriedade privada;
- Desapropriação;
- Tipos de desapropriação;
- Desapropriação por zona;
- Desapropriação indireta;
- Competência para legislar sobre desapropriação;
- Competência para declarar a desapropriação ou para desapropriar;
- Competência para promover a desapropriação;
- Procedimento expropriatório;
- A fase declaratória;
- A fase executória;
- Desistência da desapropriação;
- Imissão provisória de posse
- Justa indenização;
- Anulação;
- Retrocessão;
- Direito de extensão;
- As limitações administrativas;
- Ocupação temporária;
- A requisição administrativa;
- Servidão administrativa;
- O tombamento;
- Responsabilidade civil do Estado;
- Evolução da responsabilidade civil do Estado;
- O direito brasileiro;
- A teoria adotada no direito brasileiro;
- Responsabilidade por atos legislativos e judiciais;
- Causas excludentes da responsabilidade do estado;
- Perguntas.

DIREITO ELEITORAL
PROF. OMAR CHAMON

MÓDULO I

- Conceito de Direito Eleitoral
- Competência
- Condições de elegibilidade e inelegibilidade:
- Hipóteses constitucionais e legais de inelegibilidade

MÓDULO II

- Partidos políticos
- Criação de um partido político
- Estatuto do partido
- Ação de cancelamento de registro
- Receitas partidárias – recursos financeiros
- Propaganda partidária
- Filiação partidária
- Das eleições
- Diplomação
- Escolha dos candidatos e das coligações
- Regras para o registro da candidatura
- Seções eleitorais
- Mesários
- Dia da eleição
- Garantias eleitorais

MÓDULO III

- Propaganda política
- Forma
- Propaganda na internet
- Propaganda eleitoral permitida
- Propaganda eleitoral proibida
- Propaganda eleitoral na mídia impressa (Jornal e Revista)
- Debates
 - Propaganda no Parlamento
 - Propaganda no Rádio e na TV
 - Recursos eleitorais
 - Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral.
 - Órgãos da Justiça Eleitoral
 - Tribunal Superior Eleitoral
 - Tribunal Regional Eleitoral
 - Juízes das Zonas Eleitorais
 - Juntas Eleitorais
 - Ministério Público Eleitoral

MÓDULO IV

- Abuso do poder eleitoral
- Abuso do poder econômico
- Doações
- Gastos eleitorais
- Prestação de contas
- Abuso do poder político
- Processo penal eleitoral
- Penas
- Competência da justiça eleitoral nos processos penais
- Rito do procedimento penal eleitoral

